

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
HISTÓRIA BACHARELADO/LICENCIATURA

HORRANA RODRIGUES PASSAMANI

MULHERES E EXÍLIO: NARRATIVAS FEMININAS SOBRE A DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Florianópolis

2021

Horrana Rodrigues Passamani

**MULHERES E EXÍLIO: NARRATIVAS FEMININAS SOBRE A DITADURA
CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em
História para obtenção de título em bacharel/licenciado
em História pela Universidade Federal de Santa
Catarina, sob orientação da Prof. Dra. Janine Gomes da
Silva.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PASSAMANI, Horrana Rodrigues
MULHERES E EXÍLIO: NARRATIVAS FEMININAS SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA / Horrana Rodrigues
PASSAMANI ; orientador, Janine Gomes da SILVA, 2021.
73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. ditadura civil-militar brasileira. 3.
mulheres . 4. exílio. 5. gênero. I. SILVA, Janine Gomes da.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Ao 1º dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a **Janine Gomes da Silva** (orientadora), Profa. **Eloísa Rosalen** (membro) e Profa. **Roselane Neckel** (suplente), designadas pela Portaria TCC nº 39/HST/CFH/2021, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Horrana Rodrigues Passamani**, intitulado: **“Mulheres e exílio: narrativas femininas sobre a ditadura civil-militar brasileira”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.^a **Janine Gomes da Silva**, nota 9,0, Profa. **Eloísa Rosalen**, nota 9,0, Profa. **Roselane Neckel**, nota __, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 8 de outubro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 1 de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente

Janine Gomes da Silva
Data: 01/10/2021 17:40:15-0300
CPF: 750.959.989-04

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Orientadora):



Documento assinado digitalmente

Eloísa Rosalen
Data: 01/10/2021 19:14:37-0300
CPF: 009.636.809-86

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a. (Membro):

Prof.^a.(Suplente):

(Candidata):



Documento assinado digitalmente

Horrana Rodrigues Passamani
Data: 04/10/2021 16:16:25-0300
CPF: 095.573.579-32

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Horrana Rodrigues Passamani, matrícula n.º 16101520, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Mulheres e exílio: narrativas femininas sobre a ditadura civil-militar brasileira", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 08 de outubro de 2021

A handwritten signature in black ink, which appears to read "Javier J. S. da Silva", is positioned above a horizontal line.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

A meus pais, que apesar de todas as dificuldades da vida, ensinaram a mim e meus irmãos a importância dos estudos e do saber, mostrando que a trajetória é sempre árdua, mas que o conhecimento é recompensador. Agradeço a minha mãe, Rose, por ser sempre essa mulher guerreira, forjada na luta e no trabalho, que me educou para ter minha independência e trilhar meus próprios passos. Foi o exemplo feminino mais presente na minha infância e adolescência, que me ensinou, mesmo sem perceber, que ser mulher é ser forte. Ao meu pai, Alberto, por todo seu esforço em dar sempre o melhor para mim e meus irmãos. Sou grata a toda minha família, pais e irmãos, por toda a base que vocês representaram, por serem elo e alento nos momentos de incertezas e por tornarem únicos os momentos de alegria.

A minhas amigas, Manu e Kym, que foram companhia para enfrentar os obstáculos pessoais como também os acadêmicos, me fazendo perceber que quando temos amizades verdadeiras essas resistem ao seu lado nos bons e maus momentos. Sou grata pela amizade de vocês, a qual irei carregar para a vida. Aos amigos que a UFSC me deu, Greici, Sarah e Douglas, que foram alicerces para dividir os anseios e realizações que a vida acadêmica proporciona. Nossas conversas despreziosas nas mesas do café do CFH entre os intervalos das aulas, que pareciam parte corriqueira de nossa rotina, mas que com o distanciamento social imposto nesse contexto pandêmico se revelaram como parte essencial. Esses e muitos outros momentos são parte de minha memória afetiva, a qual guardo com carinho, assim como nossa amizade. Ao Luiz, amizade que tive a chance de construir no dia a dia como bolsista do LEGH, que me orientou e conduziu meus trabalhos, que com seu jeito solícito e compreensivo me fazia ter certeza da minha capacidade. Ao Polly, que me acompanhou e foi parceria sincera nos momentos finais e mais conturbados de minha jornada. Que me fazia mais forte, sendo pragmático nas vezes que me via desanimada, me mostrando o quão perto eu estava de finalizar esse ciclo. Sua companhia e amor me traziam o sossego necessário para colocar minhas ideias em ordem e ter forças para seguir em frente.

Ao LEGH, e a todas as professoras e demais integrantes, que constroem diariamente a luta por uma sociedade mais igualitária, por meio de um conhecimento historiográfico que se atente às questões de gênero. Foi no laboratório que pude aprofundar meu conhecimento

teórico, o qual formou minha identidade enquanto mulher, historiadora e feminista. A professora Janine, que me orientou durante meus dois anos de Iniciação Científica no LEGH, e também me orientou no presente trabalho de conclusão de curso. Ao PIBID e à professora Mônica, que me formou enquanto futura docente de História. A todas/os professoras/es do curso de História da UFSC, que foram fundamentais durante toda a formação, compartilhando seu conhecimento para formar futuras/os bacharéis e docentes de história.

Por fim agradeço a UFSC, instituição de ensino que forneceu os aparatos que contribuíram na minha permanência e conclusão do curso de História. Também por todos os espaços, grupos e vivências que pude desfrutar no ambiente da universidade, que tornaram meu processo de formação ainda mais enriquecedor. E a CNPq, por estimular os muitos projetos de formação na universidade, que permitem que as/os estudantes, possam se aproximar de suas áreas de conhecimento, produzindo e contribuindo com o avanço da pesquisa nacional. Ressalto aqui a importância da manutenção de iniciativas como esta, para o sucesso da trajetória acadêmica das/os demais que estão por vir.

Me formo como historiadora em tempos difíceis, onde um obscurantismo intelectual e a sombra de um autoritarismo pairam no Brasil. São tempos incertos e manter a esperança é um ato de resistência. Como historiadora, sei da importância do campo para a construção de uma memória coletiva, que influi diretamente no modelo social que vivo, que dialoga com a interseccionalidade, raça, classe e gênero, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ser historiadora feminista nesses tempos é um enfrentamento necessário, é ocupar espaços anteriormente negados, é dar voz as mulheres, é fortalecer a construção de uma historiografia de mulheres e sobre mulheres, é garantir a equidade de gênero e ter essa como responsabilidade. Sustento o compromisso com a educação e com o ofício da/o historiadora/o para transformar as utopias sociais em realidades possíveis!

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria
substância, já que viver é ser livre*

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O presente trabalho visa abordar as questões do exílio feminino durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), atentando para as suas especificidades de gênero e observando seu potencial para a construção de uma história de maior protagonismo feminino. Para isso, trabalhei com a metodologia de História Oral em diálogo com as reflexões presentes no campo dos estudos de gênero, para analisar as entrevistas de Derlei Catarina de Lucca, Angela Xavier de Brito, Helena Sumiko Hirata e Olivia Joffily, mulheres feministas e militantes da esquerda que vivenciaram a experiência do exílio durante o período ditatorial. Os testemunhos aqui analisados são parte do acervo de entrevistas do Arquivo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina. A discussão aqui apresentada contribui para pensarmos as dimensões presentes na dinâmica do exílio e como essas estão ligadas ao campo das relações de gênero. Analisando de que modo a história das ditaduras se apresenta como potencial na construção de uma história de agencia feminina.

Palavras-chave: mulheres; gênero; exílio; ditadura civil-militar brasileira.

ABSTRACT

The present work aims to address the issues of female exile the Brazilian civil military dictatorship (1964-1985), paying attention to its gender specificities and observing its potential for the construction of a history of greater female protagonism. For this, i intend to work with the methodology of Oral History in dialogue with the reflections present in the field of gender studies, to analyze the interviews of Derlei Catarina de Lucca, Angela Xavier de Brito, Helena Sumiko Hirata and Olivia Joffily, feminist and activist women from the experience of exile during the dictatorial period. The testimonies analyzed here are part of the collection of interviews from the Archive of gender and history studies laboratory at the Federal University of Santa Catarina. The discussion presented here contributes to thinking about the dimensiones present in the dynamics of exile and how these are linked to the field of gender relations. Analyzing how the history of dictatorships has potential in the construction of a history of female agency.

Keywords: women; gender; exile; brazilian civil military dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI 5 - Ato Institucional n 5

AP - Ação Popular

CNRS - Centre national de la recherche scientifique

IC - Iniciação Científica

LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História

ONU - Organização das Nações Unidas

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RI - Repositório Institucional da UFSC

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CAPÍTULO I - MEMÓRIAS DO EXÍLIO FEMININO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA.....	23
2.1 As dimensões do exílio na ditadura civil-militar.....	23
2.2 Os testemunhos de Derlei, Angela, Helena e Olívia sobre o exílio.....	29
2.3 Exílio e suas especificidades de gênero.....	43
3. CAPÍTULO II - MEMÓRIAS FEMININAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE MULHERES NA DITADURA.....	50
3.1. Memória: uma categoria útil para a construção da história das ditaduras do Cone-Sul.....	51
3.2 Memórias femininas da ditadura: uma potência para construção de uma História de Mulheres.....	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

A escrita da História e a constituição desta como campo científico, foi alicerçada por discursos, narrativas e participação majoritariamente masculina. A atuação ou presença feminina nos processos históricos foi, por vezes, apagada da narrativa vigente, relegando às mulheres um espaço secundário e de sujeição ao indivíduo masculino. Esse apagamento social atribuído historicamente ao feminino, deu espaço a uma grande lacuna teórica, fomentando a necessidade de se falar dos grupos excluídos dessa lógica patriarcal hegemônica, de compreender suas narrativas, percepções e agência, nas diferentes conjunturas. Como discorre Michelle Perrot sobre a exclusão feminina nos estudos historiográficos: “O 'ofício do historiador' é um ofício de homens que escrevem a história do masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios.” (PERROT, 2001, p.185) Desse modo, há um caráter de enfrentamento e resistência na escrita de uma história de mulheres, há a emergência na necessidade de fornecer escuta e registro aos indivíduos femininos, que possuem vivências, olhares e agências que contribuem no enriquecimento acerca das narrativas históricas. A afirmação da existência de mulheres nos desdobramentos de diferentes processos históricos e sua relevância nos diferentes cenários, só é possível através de trabalhos historiográficos, e dos demais campos dos estudos sociais, que se atentem em dar espaço às mulheres, para que assim se construam narrativas mais pluralizadas e muito menos genderizadas.

Ao pensar a subjugação feminina nas narrativas históricas, percebe-se que este é um padrão que se seguiu no trato das diferentes conjunturas e fenômenos sociais, sendo evidenciado também quando pensamos na temática das ditaduras civis-militares do Cone-Sul. A narrativa histórica sobre esse período fornece papel de destaque majoritário aos indivíduos de sexo masculino nos diferentes desdobramentos, desde o enfrentamento político à militância, sendo raros os momentos em que mulheres são citadas como relevantes e também influentes nessa conjuntura. Com os avanços do campo dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, no século XIX/XX, essa lógica excludente tem sido enfrentada com intuito de ser revertida. Apesar dos grandes avanços obtidos nos estudos que priorizam um olhar sobre as/os “excluídas/os”, ainda se faz necessário abordagens que contraponham tal lógica dominante. Quando se fala em histórias das ditaduras, percebe-se ainda a permanência do

mesmo padrão excludente de gênero, o qual pode ser percebido na memória e testemunho sobre este passado recente, em que a história encontra suas bases em discursos e memórias masculinas.

Os reflexos trazidos do contexto de exceção instaurado a partir de 1964, no Brasil, resultaram em profundas marcas na história nacional e memória política do país. A ditadura civil-militar brasileira representou o momento em que “(...) a sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira” (REIS FILHO, 2014, p. 8). Ao pensar o aspecto de resistência durante a ditadura civil-militar, cabe atentar para a militância feminina que se fez presente no enfrentamento pós golpe, sendo esta tão relevante quanto a presença masculina, a qual é majoritariamente rememorada como sinônimo do período. As mulheres participaram ativamente do período de contestação e mobilização advindos do contextos ditatorial, militaram nos partidos, participaram dos movimentos estudantis, integraram sindicatos, pegaram em armas, contestando todos os papéis sociais anteriormente impostos ao feminino, estando presentes nas diferentes manifestações de resistência ao regime. Este enfrentamento, destaca o protagonismo e a agencia de mulheres frente a repressão da ditadura, revelando que sua participação foi ativa e contribui no funcionamento das diferentes organizações de esquerda.

Como um dos muitos reflexos da ditadura na vida cotidiana, sobretudo das/os militantes perseguidos durante o período, o exílio surge como uma alternativa recorrente aos que vivem em clandestinidade, como também a militantes que não tiveram a vivência clandestina. Muitas/os brasileiras/os deixaram o país “(...) em 1964, muitas pessoas (militantes, políticos, intelectuais, entre outros) buscaram o exílio no intuito de preservar a vida, escapar da repressão ou perseguição, banidos, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outras dinâmicas.”(ROSALEN, 2016, p. 19). O ato de deixar seu país de origem em meio ao enfrentamento da repressão ditatorial carregava também uma conotação negativa, tendo em vista que muitas/os militantes o interpretavam como um abandono da luta e de suas/seus companheiras/os. Quanto às memórias exilares, formuladas durante ou após essa dinâmica, estas configuram-se nos mais diversos formatos, seja em livros, autobiografias ou entrevistas de história oral. (ROSALEN, 2016, p.19) A partir dessas memórias, vastos

acervos documentais foram desenvolvidos, os quais fornecem materiais e fontes para fundamentação de pesquisas como esta.

Nesse sentido, com a presente monografia, proponho analisar as narrativas testemunhais de mulheres que vivenciaram a ditadura civil-militar brasileira de 1964, atentando para as suas memórias sobre o exílio, com suas especificidades de gênero, analisando também as dimensões e possibilidades desse exílio e seus impactos na vida das mulheres exiladas, tendo como pano de fundo a necessidade de tal abordagem para a formação de uma memória histórica da ditadura com maior espaço para agência feminina. Como citado anteriormente, uma das possibilidades de encontrar as narrativas exilares de mulheres é através do acesso às narrativas em formato de história oral, por meio de entrevistas. Muitos são os acervos e possibilidades, cabendo aqui destacar o que direcionou minha escolha de fontes, como também de onde essas fontes foram acessadas.

Reconheço que os esforços em construir uma historiografia das ditaduras que se atente às questões do gênero relacionadas ao exílio tem atingido um avanço significativo, através de algumas pesquisas que abordam essas temáticas. Para isso, penso que, considerar o gênero como uma categoria de análise histórica tem se apresentado enquanto uma necessidade para a abordagem das diferentes temáticas do campo da história, tendo em vista suas possibilidades, não somente para a construção de uma história das mulheres, mas para uma nova história. (SCOTT, 1995, p.73) Dentre as pesquisas que dialogam com essa proposta, destaco aqui a dissertação de mestrado de Eloisa Rosalen (2016), a qual contribuiu com meu olhar sobre as especificidades do exílio feminino, bem como suas possibilidades e limitações. Acredito que a necessidade de abordagem das ditaduras civis-militares ocorridas nos países do Cone-Sul, pela ótica das experiências femininas frente aos diferentes processos desencadeados nessa conjuntura, ainda se faz necessário. Sustento a importância de que sejam mais pesquisas que tematizam essa questão, como modo de pautar uma demanda, uma necessidade de garantir que a participação feminina seja parte na construção da narrativa historiográfica, como proponho no presente trabalho O olhar de cada pesquisadora sobre seu tema e objeto de análise fornece dimensões distintas do mesmo, desse modo, cada abordagem é única e revela aspectos particulares das escolhas de cada pesquisadora, capazes de contribuir no enriquecimento da elaboração historiográfica.

Durante os últimos dois anos de minha formação como historiadora, tive a oportunidade de integrar o corpo de bolsistas do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), onde pude me aproximar, de modo mais consistente, das discussões acerca do feminismo e das ditaduras civis-militares do Cone-Sul. O LEGH tem por eixo norteador de grande parte das pesquisas realizadas em seu interior, do acervo bibliográfico e de memória, a temática das ditaduras no Cone Sul, com enfoque na perspectiva da história das mulheres e dos estudos das relações de gênero para trabalhar e compreender os desdobramentos e especificidades desses processos.

Desse modo, o LEGH vem desenvolvendo diferentes pesquisas e produções no meio acadêmico, que corroboram com as discussões acerca do período. Com diferentes frentes de trabalho e abordagem, atinge êxito no trato com questões relacionadas às ditaduras sul americanas e as temáticas de gênero, partindo das mais diversas fontes e recursos de memória para compreender e ressignificar as narrativas sobre o passado ditatorial, interligando ambas as perspectivas na reconstrução dessa memória. Ao pensar em memória e os materiais que o LEGH disponibiliza para o acesso a memória de mulheres que vivenciaram o processo das ditaduras em seus respectivos países, cabe destacar aqui o grande acervo documental que vem se desenvolvendo no laboratório, em que participei ativamente de sua organização em meu último ano como bolsista de Iniciação Científica (IC). A ampla gama documental tem favorecido um aumento das pesquisas que propõe uma análise do contexto ditatorial "Todo o material coletado tem sido utilizado em pesquisas que contribuem nas análises e estudos comparativos dos fenômenos ditatoriais nesses países - análises estas que permitem a identificação de diversos grupos feministas "(...) como atuaram, suas relações com as ditaduras e os movimentos de resistência, seus processos de constituição, de identificação e diferença, entre outros temas." (SILVA; PEDRO; WOLFF; 2018, p.196)

O acervo documental de entrevistas presente no LEGH é fruto de diferentes viagens e pesquisas realizadas em diferentes épocas, constituindo assim uma ampla gama documental. Conforme levantamento realizado no LEGH atualmente, há um total de 238 entrevistas, sendo: Argentina: 23; Bolívia: 31; Brasil: 102; Chile: 29; Paraguai: 24; Uruguai: 19. Esse número segue em ascensão, tendo em vista que novas/os pesquisadoras/es têm desenvolvido cada vez mais pesquisas que abarcam as áreas do gênero e ditaduras, trazendo novas fontes

orais para enriquecimento deste acervo. Em minha pesquisa de Iniciação Científica, ao trabalhar com o aspecto mais organizacional e técnico, pude conhecer mais a fundo a composição desse acervo, de quem são essas memórias, o que abordam e quais suas contribuições, sendo a aproximação com esta documentação o que contribuiu na escolha do tema do presente trabalho, bem como das fontes documentais que analiso.

Um modo de aprofundar as narrativas e trazer a agencia feminina na ditadura civil-militar, é acessar os depoimentos de mulheres militantes que se fizeram presentes na luta contra a repressão. Graças aos esforços incessantes de construir a história desse momento histórico partindo dos testemunhos femininos, inúmeros acervos testemunhais feministas se consolidaram e favoreceram o acesso às fontes documentais orais, constituídas pelo testemunho feminino. O LEGH com seu vasto acervo documental se destaca como fruto desses esforços de uma escrita da história que leve em conta o feminino, fornecendo espaço, escuta e agencia às mulheres por meio do acesso a suas memórias.

Posterior ao processo ditatorial enfrentado pelos diferentes países sul americanos, que compõem o Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), mais precisamente na segunda metade do século XX, fica evidente um crescimento significativo das produções e publicações relativas ao período, seja nos países vitimados pelo regime como também em países da Europa. Estes estudos têm problematizado narrativas hegemônicas acerca da memória dos períodos ditatoriais no Cone Sul, abordando também questões pouco trabalhadas até então, como feminismo e ditadura. Os esforços em prol dessa reformulação do discurso sobre as ditaduras civis-militares no Cone Sul se deu nos diferentes âmbitos sociais, seja no legislativo, político e acadêmico. Todas essas iniciativas têm contribuído para um maior avanço na compreensão do que foram as ditaduras e o que estas significaram e ainda significam na história recente dos países vitimados.

O LEGH compreende uma dessas iniciativas, uma vez que, tem por eixo norteador de grande parte das pesquisas realizadas em seu interior, do acervo bibliográfico e de memória, a temática das ditaduras no Cone Sul, com enfoque na perspectiva da história das mulheres e dos estudos das relações de gênero para trabalhar os desdobramentos e especificidades desses processos. Cabe aqui destacar meu entendimento acerca do termo gênero, o qual compreendo enquanto um aspecto relacional das definições normativas de feminilidade ou masculinidade,

reverberando nas dinâmicas estabelecidas em sociedade. (SCOTT, 1995, p.72-73) Esse acervo se faz relevante, uma vez que, através de seus materiais e entrevistas é possível acessar as memórias de mulheres militantes que tiveram participação ativa no processo histórico que foi a ditadura, explorar suas trajetórias e aprofundar sua presença por meio de suas vivências. São muitas as fontes documentais disponíveis nesse acervo, as quais tive a oportunidade de ter contato, mais especificamente com a parte de entrevistas com mulheres que militaram e tiveram participação ativa no cenário da ditadura civil-militar brasileira. Dentre as inúmeras entrevistas arquivadas no acervo, algumas se destacam, revelando um potencial para o desenvolvimento de uma discussão, como a realizada no presente trabalho, que dialoga com a questão de ser mulher e exilada durante a ditadura, além de trabalhar os aspectos das identidades frente à clandestinidade. Nessas entrevistas, a questão da clandestinidade e as especificidades de gênero advindas dessa experiência, aparecem de modo bastante presente, ao mesmo tempo que revelam como se deu a participação de mulheres na conjuntura ditatorial. Todos estes aspectos são trazidos nas narrativas selecionadas, em que as experiências dessas mulheres sobre o exílio se entrecruzam com os demais aspectos da ditadura ao serem revisitadas, revelando a potencialidade contida nessas memórias na construção de uma história que se atente às questões de gênero.

Desse modo, para o desenvolvimento do presente trabalho optei por abordar os testemunhos de quatro mulheres, Derlei Catarina de Lucca (2008)¹; de Angela Xavier de

¹ Derlei Catarina de Lucca nasceu na cidade catarinense de Içara, no dia 17 de setembro de 1946. Foi estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) onde participou ativamente do Movimento Estudantil. Foi militante da Ação Popular (AP), foi presa em 1969, torturada e exilada. Estudou História no exílio em Cuba. Fundou e coordena atualmente o Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos e o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça, que integra a Comissão Estadual da Verdade. Foi militante do grupo Tortura Nunca Mais. Faleceu em 2017, aos 71 anos.

Brito (2005)²; Olivia Joffily³ e Helena Sumiko⁴ que integram parte do acervo de entrevistas do LEGH. Estas estão armazenadas na plataforma do Repositório UFSC, contando com os documentos de autorização de publicação, áudio e transcrição completa. Como ponto de conexão entre essas trajetórias encontrei sua aproximação com o movimento e pensamento feminista, bem como as especificidades advindas da clandestinidade. Tendo como pano de fundo os anseios, incertezas e possibilidades acarretadas do contexto de exílio.

Ao trabalhar as ditaduras civis-militares, a memória e suas operações enquanto categoria histórica se fazem indispensáveis. Pensar a memória, como categoria de análise quando se fala em ditaduras é algo quase que indissociável, uma vez que, é através das memórias, dos relatos e vivências, passadas pela oralidade em grande parte das vezes, que nós historiadoras/es conseguimos acessar esse passado. Para isso, me apoio nas discussões trazidas por Elizabeth Jelin (2002) que contribui significativamente no aprofundamento da questão da memória, dialogando mais especificamente com a categoria gênero e com os processos ditatoriais latino americanos ocorridos no século XX. As diferentes operações presentes na memória, como trabalhado por Paul Ricoeur (2007), nos possibilitam rememorar fatos e momentos passados, mas estes estão sendo sempre confrontados pelo fantasma do esquecimento, o qual interfere diretamente no processo de rememoração dos fatos. Os traumas e sequelas, das mais diversas dimensões, vividos pelos sujeitos históricos desse período, interferem em certo grau na produção dessa memória, e muitas vezes corroboram no processo de apagamento.

As narrativas de Derlei Catarina de Lucca, Angela Xavier de Brito, Helena Sumiko e Olívia Joffily selecionadas para o presente trabalho, dialogam com toda a problemática aqui pretendida. Cada uma teve sua trajetória de militância entrelaçada pela questão do exílio e

² Angela Xavier de Brito nasceu no Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1942. Começou a militar em grupos de esquerda enquanto estudava na PUC do Rio. Foi presa e depois de solta, em 1968 foi para a clandestinidade. Presa novamente ficou um ano e meio na prisão. Foi levada com apoio da ONU para a França. Lá como exilada teve contato com o feminismo francês. Participou do Círculo de Mulheres de Paris. Mora até hoje em Paris, é pesquisadora CNRS.

³ Olívia Joffily possui uma trajetória marcada pela militância política de esquerda que vem desde a época da ditadura militar no Brasil. Foi exilada na Albânia, onde entrou em contato com movimentos de mulheres e com ideias feministas. Quando retornou ao Brasil, ainda no período da ditadura, passou a trabalhar, dentre outras coisas, com questões específicas das mulheres.

⁴ Helena Sumiko Hirata nasceu em 1946 no Japão, veio para o Brasil ainda criança. Graduiu-se pela Universidade de São Paulo (USP), atuou como militante de esquerda da POLOC. Foi exilada na França e lá cursou o doutorado.

das possibilidades e dificuldades enfrentadas durante ele. Em suas experiências particulares, as narrativas se encontram, permitindo uma aproximação através da rememoração trazida em seus testemunhos. Com as vivências pessoais relatadas nas entrevistas, pontos comuns podem ser aprofundados, no que diz respeito ao exílio dessas quatro mulheres, sobretudo no que diz respeito a aproximação destas com o movimento feminista durante a experiência do exílio. Esse é um ponto fortemente abordado nas memórias dessas mulheres e que será desenvolvido ao longo deste trabalho. Na condição de exilada, muitas das mulheres que até então eram militantes no Brasil se viam afastadas de sua rotina e atividades políticas e sociais, e encontravam na aproximação com o movimento feminista e os círculos de mulheres um apoio que permitia que estas se encontrassem novamente em sua identidade.

A identidade dessas mulheres exiladas estava alicerçada nas vivências e funções que desempenhavam no Brasil, com seu exílio, muitas ressaltam sua perda de referencial identitário por meio de crises, em que não conseguiam se encontrar ou se reconhecer no novo território. Em seus relatos, muitas mencionam a “perda de raízes” como fator de sofrimento durante seu expatriamento. Essa questão pode ser melhor compreendida ao pensar o conceito de identidade cultural, caracterizado pelo compartilhamento de patrimônios comuns, como a língua, os hábitos, os espaços de confraternização, a culinária, dentre outros aspectos, presentes nas relações estabelecidas entre os indivíduos no âmbito social. Como complemento para esta discussão, percebe-se que a condição de clandestinidade, imposta durante sua militância no Brasil ou em seu exílio em países estrangeiros, está totalmente ligada com as dificuldades identitárias que muitas relataram. Perceber as nuances dessas experiências com o exílio e clandestinidade, e como estas se manifestam através dos relatos dessas mulheres serão pontos abordados neste trabalho.

Como ponto fundamental para a construção do debate, me atenho a dialogar ao longo do trabalho com o gênero, enquanto categoria de análise histórica, uma vez que, permite atentar para diferentes traços da experiência exilar vivenciada por mulheres durante a ditadura civil militar brasileira. As relações de gênero se reproduzem nos diferentes âmbitos sociais, bem como nos processos históricos enfrentados em sociedade. Desse modo, pensar as conjunturas por meio da ótica de gênero possibilita ampliar os horizontes de conhecimento, além de garantir o espaço às minorias antes invisibilizadas nas narrativas históricas oficiais. É

por meio do trabalho com as entrevistas de mulheres que vivenciaram a ditadura civil-militar que a dimensão do exílio e suas especificidades quanto às relações de gênero podem ser problematizadas. Entrevistas de mulheres, militantes e ativistas que foram forçadas ou adotaram o exílio como forma de sobrevivência são capazes de revelar dinâmicas que muitas vezes passam despercebidas quando se fala em exílio masculino durante a ditadura, tendo em vista que as marcas de gênero se manifestam também no desenrolar dessa forma de opressão social. Desse modo, pensar o exílio em diálogo com a categoria gênero, como pretendido nesta pesquisa, é um modo de favorecer a escrita de uma narrativa histórica por meio do discurso feminino.

A categoria memória se fará presente nas discussões aqui realizadas. As diferentes operações presentes nela nos possibilitam recordar fatos e momentos passados, mas estes estão sendo sempre confrontados pelo fantasma do esquecimento, o qual interfere diretamente no processo de rememoração dos fatos. As memórias femininas, que são aqui fontes para o desenvolvimento das discussões pretendidas, apresentam novas perspectivas sobre o processo ditatorial enfrentado nos países do Cone-Sul, no caso das entrevistas femininas selecionadas estas tratam da experiência ditatorial brasileira em sua amplitude de manifestações, trazendo a militância, a clandestinidade e o exílio, tendo como eixo as lembranças de mulheres que experienciaram esses processos. Trabalhar todas essas questões por meio de memórias femininas trazidas por Derlei, Olivia, Helena e Angela, mulheres que vivenciaram os diversos aspectos mais delicados dessa história recente brasileira, é um modo de favorecer a construção de uma historiografia gendrada, que permite trazer à luz a agência de sujeitos até então excluídos. Além dos avanços trazidos por Paul Ricoeur (2007), acerca das operações que compõem a memória, diálogo com Maurice Halbwachs (2013) e sua contribuição acerca da memória coletiva e memória individual e como estas dependem de fatores sociais para sua formulação. As noções trazidas por Michel Pollak (1989) que atentam para o aspecto de construção da memória e reorganização dela no processo de rememoração, são outros pontos trazidos no presente trabalho. Estes são alguns dos referenciais que serviram como apoio na abordagem das memórias contidas nas fontes, para compreender os fatores que as formulam.

Ao trazer fontes do campo da oralidade, como as entrevistas de Derlei, Angela, Olívia e Helena, para ilustrar as questões pretendidas no debate do exílio e gênero, estas se mostram essenciais para que indivíduos até então invisibilizados no campo historiográfico adquiram seu protagonismo. A elaboração da historiografia serviu como eficiente método de dominação com base ideológica no patriarcado, contribuindo para que grupos marginalizados, como as mulheres, seguissem em um anonimato intencional, apesar de sua participação ativa nos diferentes processos históricos. Todavia, com os avanços no campo dos estudos de gênero, essa realidade tem sido modificada, partindo da memória dessas minorias para a construção de uma outra história possível. (TEDESCHI, 2014, p. 24) Considerando as especificidades presentes no trabalho com a metodologia de história oral, ressalto os avanços trazidos por Alejandra Oberti, Claudia Bacci e Suzana Skura (2012) acerca dessa temática, bem como a abordagem de Luisa Passerini (2011), que contribui para pensar a presença feminina nos processos históricos e a influência da história oral para mapear essa presença. Os avanços proporcionados por Silvia Salvatici (2005) foram imprescindíveis para compreender todos os pontos trazidos anteriormente e ainda perceber os entrelaçamentos presentes entre a história oral e a história das mulheres.

A proposta de desenvolver este trabalho vem em diálogo com a necessidade de se pensar uma história que evidencie um protagonismo feminino quando se fala em ditaduras e experiências exilares. Sabe-se que muitos são os avanços na construção de uma história de mulheres, mas este ainda é um campo em disputa, que necessita de mais pesquisas que tenham isso enquanto prioridade, como modo de seguir pautando a necessidade de uma abordagem histórica gendrada. Pensar em protagonismo através das memórias exilares femininas é um modo de enriquecer as narrativas históricas oficiais, tendo em vista que, as vivências femininas revelam aspectos particulares das diferentes experiências históricas. Há nas memórias femininas sobre a ditadura aspectos únicos que não se sobressaem em narrativas masculinas, tendo em vista que a experiência de cada indivíduo é permeada pelos papéis sociais desempenhados em sociedade, o qual é marcado pela dinâmica das relações de gênero. O protagonismo se dá a partir do momento em que entramos em contato com a memória feminina sobre o regime ditatorial e percebemos que não houve uma passividade das mulheres diante das repressões e da perseguição. Fica evidente que elas resistiram, se

articularam e construíram enfrentamento à lógica repressiva. Para compreender as particularidades presentes nas vivências de exílio feminina, se faz necessário condicionar o olhar, entendendo que o modo que cada uma experienciou tal momento tem reflexos nas dinâmicas estabelecidas entre homens e mulheres em sociedade. Sendo essencial o uso de uma metodologia capaz de articular conceitos e métodos de análise específicos para compreender as características presentes nessas memórias, trazendo à tona a participação feminina nesse contexto para que o protagonismo histórico feminino seja alcançável.

Trazer a categoria gênero como parte da compreensão dos processos históricos, é também uma forma de enfrentamento frente a onda de conservadorismo e retrocessos vivenciada em nosso país atualmente. Abordagens como as realizadas no presente trabalho, caracterizam resistência a uma lógica patriarcal dominante, mostrando-se necessárias para desconstruir toda uma tradição historiográfica que prioriza as narrativas e experiências masculinas em detrimento das femininas. Para além disso, discussões que tematizem a ditadura são extremamente relevantes, dada a conjuntura atual de intensa ressignificação desse passado traumático, que visa um apaziguamento e também engrandecimento dos responsáveis por tais atrocidades. Desse modo, falar de ditaduras pelas experiências femininas acerca desse processo histórico é mais um passo na construção de uma história plural, capaz de incluir as/os excluídas/os, dar protagonismo às/aos secundárias/os e fazer com que o projeto de uma equidade de gêneros saia do campo das expectativas para se colocar enquanto possibilidade.

2. CAPÍTULO I - MEMÓRIAS DO EXÍLIO FEMININO NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA

Neste capítulo, será desenvolvida uma abordagem acerca da questão do exílio, pensando como e porque essa medida foi amplamente adotada durante a ditadura civil-militar brasileira. Para isso, cabe explorar as dimensões desse exílio, suas possibilidades, limitações e semelhanças de experiências, por meio das fontes testemunhais escolhidas. Serão perspectivadas as narrativas de Derlei, Angela, Helena e Olívia, atentando para as suas memórias de expatriamento, visando perceber as semelhanças nas vivências dessas mulheres, bem como suas perspectivas de emoções, afetividade e oportunidades, construídas através de tal dinâmica.

2.1 - As dimensões do exílio na ditadura civil-militar

Das narrativas produzidas no que concerne à temática do exílio durante a ditadura civil-militar brasileira, cabe atentar, inicialmente, às definições semânticas tidas como oficiais acerca do termo. Quando buscamos pelo significado da palavra exílio, encontramos alguns outros termos que favorecem a sua atribuição de sentido, termos esses que permitem um conhecimento e compreensão comum da experiência exílio, mas que não são capazes de definirem sua complexidade. Por meio de uma busca rápida do significado da palavra exílio, obtém-se a definição de: “Ação ou efeito de exilar, de ser retirado do seu país de origem, ou de o deixar por vontade própria. Expulsão da pátria por razões políticas ou religiosas; expatriação. Local em que habita a pessoa que, por escolha ou imposição, foi embora de seu país de nascimento; Região desabitada; lugar distante; local solitário. Que se excluiu do convívio em sociedade; solidão.”⁵ Apesar dessas definições de exílio parecerem suficientemente explicativas, iremos perceber que essa experiência engloba muitas outras categorias, como as emoções, afetividades, subjetividades e identidades, indo muito além desse caráter negativo e simplista, que é constantemente atribuído a esse processo.

⁵ Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/exilio/> Acesso em 12/05/2021.

Há uma complexidade presente na vivência de cada indivíduo frente a experiência de exílio, o que confere ao campo da subjetividade o modo que cada sujeito irá se relacionar com essa dinâmica, o qual terá influência também no processo de rememoração. O exílio possui um caráter de ruptura, de fratura, tendo em vista que, a partir do momento que se deixa o lugar onde se nasceu há uma perda do que foi deixado e isso não retorna mais, pois mesmo após a volta ao lugar o indivíduo já não é mais o mesmo. A relação com a experiência exilar se dá em concordância com o tempo, o espaço, com o grupo e o indivíduo, desse modo, as atribuições de sentido e características advindas dessa experiência estão em relação direta com esses aspectos. Tendo em vista o aspecto histórico presente no deslocamento populacional, é possível perceber que a definição do termo exílio é algo bastante complexo, uma vez que, os sentidos atribuídos a tal palavra são ressignificados ao longo das diferentes temporalidades, como também das conjunturas sociais e políticas coexistentes. (ROSALEN, 2016, p.46)

A partir de 1964, o Brasil enfrentou a maior onda repressiva de sua história recente, adentrando na ditadura civil-militar, momento histórico que durou longos vinte e um anos e deixou fortes marcas na memória social e política brasileira. Nos anos de ditadura, houve forte repressão aos opositores do regime, repressão essa que se consolidava através de uma perseguição sistematizada para privação da liberdade, censura, violência, tortura e exílio, normatizada através dos Atos Institucionais. Durante os anos de duração do regime ditatorial brasileiro, foram promulgados inúmeros atos institucionais, mas aqui destaco o AI 5, instaurado no governo do presidente Costa e Silva (1967-69), sendo este período popularmente conhecido como “anos de chumbo” da ditadura, tendo em vista que a repressão mais violenta aos opositores se deu nesse momento. Dentre as medidas antidemocráticas adotadas, o fechamento do Congresso ficou amplamente conhecido como marco da implementação do AI 5, além de seu caráter mais repressivo às oposições. (REIS, 2006)

O cenário de exceção instaurado a partir de 1964 no Brasil, com a ascensão do governo militar que deu início a ditadura civil-militar no país, forneceu espaço para que o fenômeno de expatriamento tomasse um caráter mais massivo. “O regime ditatorial brasileiro utilizou o exílio, ao longo dos anos 1960 e 1970, como um dos instrumentos para a exclusão de determinados grupos de qualquer tipo de participação política.” (RIBEIRO, 2016, p.118)

A permanência em seu país de origem desencadeou um medo constante, uma incerteza acerca da segurança de suas vidas.

A ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985) fez com que muitos brasileiros buscassem o exílio como forma de preservar a vida, para escapar da repressão ou perseguição, por terem sido banidos, por autoexílio, para acompanhar familiares, entre outros motivos. Os exílios aconteceram desde abril de 1964 até agosto 1979, quando foi decretada a Lei nº 6.683 de Anistia. (ROSALEN, 2016, p. 58)

Cabe destacar a distinção de gerações exiladas, feita por Rollemberg (2007), como forma de caracterizar e o contexto político/social dos indivíduos que foram atingidos em cada geração. Ter noção das gerações contribui na compreensão dos testemunhos acerca das ditaduras, em especial dos testemunhos que serão utilizados neste trabalho, situando a narrativa feminina nesse modelo geracional.

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma experiência vivida pelo que se pode considerar duas gerações, a de 1964 e a de 1968. Os marcos fundadores foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e as manifestações, sobretudo, de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional nº 5. (ROLLEMBERG, 2007, p.49)

Durante a ditadura, o exílio forçado ou autoexílio tornou-se um aparato complementar de repressão, em conjunto com os demais métodos de perseguição, tortura e assassinato, que visavam o enfraquecimento e destruição das esquerdas. (ROLLEMBERG, 2007, p.118) Desse modo, mulheres e homens viam no exílio uma possibilidade de sobrevivência diante da profunda repressão do governo, mas também como resistência de suas ideologias políticas. Sobretudo com a implementação do AI 5, a partir do governo de Costa e Silva em 1967, o exílio passou a ser visto como a principal oportunidade de sobreviver a toda repressão e violência que estava sendo infligida as/aos militantes

O exílio que deveria ter um caráter punitivo, acabava, por muitas vezes, sendo um modo de denúncia das violações de direitos humanos que estavam ocorrendo, boicotando a imagem que estava sendo pregada pelo governo para os países estrangeiros, uma vez que, as/os militantes exilados realizavam campanhas e ações que entregavam a conduta militar repressiva.

Diante do contexto em que o exílio era adotado, a partir da segunda metade do século XX no Brasil, das motivações que levavam as/os militantes a experienciar esse fenômeno, tendo em vista que esse é fruto de sua época e que possuía um caráter de sobrevivência e resistência, mas também uma pressão aos exilados frente às/aos suas/seus companheiras/os que interpretavam tal ação como um abandono da luta, muitas vezes. Cabe então refletir acerca das especificidades presentes nesses exílios, as emoções e sentimentos vividos pela/o exilada/o e como estas eram determinantes nos desdobramentos proporcionados por essa experiência. Dentre os muitos sentimentos despertados durante o exílio, o estranhamento diante do desconhecido, a tristeza, a saudade, a solidão e o choque cultural, são algumas das emoções recorrentemente citadas nas memórias exilares como parte cotidiana da vida de uma/um exilada/o.

A história do dia-a-dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era - ou se pretendia ser -, e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil. (ROLLEMBERG, 2007, p.5)

Como trazido por Rollemberg, a vida em exílio era algo particular de cada indivíduo, ou seja, o modo com que essa experiência seria encarada e vivenciada dependia de fatores bastante singulares, sendo difícil determinar um padrão único dos sentimentos despertados no fenômeno. Mas um ponto comum pode ser observado, o da desorientação identitária, em que

muitas/os podem tomar tal momento enquanto um fim, enquanto para outras/os pode ser o início de uma nova jornada de possibilidades. O exílio flertava com esses dois horizontes de expectativas, permitindo novas redes, mas ao mesmo tempo afastando raízes.

Algumas questões que marcam profundamente os/as exilados/as são o trauma da ruptura e os sentimentos (que se tornam (res)sentimentos em suas memórias) de provisoriedade, de saudade, de vazio, de ausência, de intervalo, de frustração, de vontade de retornar o mais rápido possível para continuar a luta ou a vida no país, de dor por aqueles que ainda estão sofrendo em seus lugares de origem, entre outros. Além, conforme já dito, dos sentimentos de perda de raízes, já que ao estabelecer contato com o outro e perceber o desconhecimento dos códigos sociais, os/as exilados/as passaram a se questionar e a refazer a sua própria identidade. (ROSALEN, 2016, p.52)

Em diálogo com Rollemberg, na passagem anterior, Rosalen também destaca as questões emocionais dos indivíduos exilados, ressaltando que a perda de seus referenciais e raízes implica em uma adaptação ao novo meio, aos novos códigos sociais, ocasionando uma reformulação de suas próprias identidades. Porém, essa reformulação subjetiva da/o exilada/o não implica em um esquecimento das/os que ficaram em seu país de origem, tendo em vista que há uma ruptura, não um apagamento da memória. Como citado anteriormente, a subjetividade de cada sujeito diante do contexto de exílio tem peso nas memórias que serão reproduzidas acerca dessa experiência, sendo necessário, desviar dos vícios de atribuição de dor e sofrimento como características fundamentais desse fenômeno, tendo em vista que:

(...) o conteúdo e a intensidade do sofrimento de cada sujeito mediante seu processo migratório estão ligados as suas experiências e às percepções que (re) constrói delas. Levar essa afirmação ao extremo seria certamente hierarquizar as dores e sofrimentos a partir das categorias analíticas, o que geraria imprecisões e generalizações. (ROSALEN, 2016, p.51)

Uma nova abordagem de atribuição de significado ao fenômeno do exílio, visa ressaltar em tal processo o aspecto de possibilidade, ou seja, é um modo de lançar um novo olhar, atentando para a ampliação de horizontes advinda desse processo. Ao revisitar as narrativas de pessoas que vivenciaram esse processo histórico em suas vidas, em particular das mulheres, as quais são o foco do presente trabalho, percebe-se que haviam todos os

aspectos emocionais citados anteriormente, mas que esses coexistiam com as possibilidades e novas perspectivas proporcionadas pela vida em outro país. Novas redes de solidariedade e luta eram formadas, conhecia-se novos governos e políticas, novas/os colegas de militância, e tudo isso possuía um valor que transcende o aspecto negativo comumente conhecido e atribuído ao exílio.

O exílio, entretanto, também foi vivido como ampliação de horizontes. Impulsionou a descoberta de países, continentes, sistemas e regimes políticos, culturas, povos, pessoas. Através dele, os exilados entraram em contato com outras trajetórias históricas, com outras referências. Formaram-se profissionalmente, experimentaram trabalhos qualificados e não qualificados. As memórias do exílio são também memórias da convivência com o legado de Maio de 1968, o feminismo, a liberação sexual, as drogas, o questionamento dos códigos morais, as lutas das minorias, a crítica às vertentes do socialismo contemporâneo. Para além das continuidades e dos dois pólos - naufrágios e descobertas -, o exílio foi, essencialmente, a metamorfose. A diversidade e a intensidade das experiências - "objetivas e subjetivas" - levaram a imprevistas transformações. Assim, o exílio tornou-se essencial na redefinição das gerações 1964 e 1968. (ROLLEMBERG, 2007, p. 18)

No que diz respeito aos testemunhos de Derlei; Angela; Olívia e Helena, que serão aqui fontes para debater a questão do exílio e mulheres, irei atentar para o modo com que a experiência exilar impactou na vida de cada uma delas, atentando para as questões levantadas nos debates anteriores, acerca dos significados da experiência de exílio na trajetória dessas mulheres. Me proponho a compreender as motivações que as levaram ao expatriamento, seus anseios e emoções, bem como as dificuldades e possibilidades que cada uma vivenciou durante esse processo. As memórias expressadas por meio dos testemunhos são permeadas de subjetividades cabendo aqui reconhecer também nessas subjetividades pontos de diálogo e permanências entre essas mulheres.

2.2 - Os testemunhos de Derlei, Angela, Helena e Olívia sobre o exílio

O exílio se configurou como uma das manifestações mais emblemáticas e memoráveis vivenciadas durante a ditadura civil-militar, marcando profundamente a memória de quem o vivenciou. Todavia, nas narrativas históricas oficiais, há uma disparidade entre os gêneros que foram atingidos por essa experiência, tendo uma centralização nos discursos de exilados masculinos. Desse modo, faz-se necessário trazer à tona as narrativas de mulheres que enfrentaram esse processo, que enfrentaram todas as dificuldades, emoções e possibilidades implicadas pelo expatriamento. Esta é a discussão que pretendo com esse subcapítulo, compreender as diferenças e permanências nas experiências dessas quatro mulheres militantes exiladas, Derlei, Angela, Helena e Olívia, por meio das entrevistas realizadas pelo LEGH e armazenadas na plataforma do Repositório Institucional da UFSC (RI)⁶.

O acervo documental do LEGH apresenta um número significativo de informações e documentações que tem por eixo temático o diálogo com as diferentes expressões da ditadura civil-militar dos países do Cone-Sul. No acervo de entrevistas, muitas delas trazem como ponto fundamental a questão do exílio, clandestinidade e militância feminista como parte ou reflexo das ditaduras civis-militares. As escolhas discursivas feitas para o desenvolvimento do presente trabalho, condicionaram o olhar sobre o acervo de entrevistas, objetivando encontrar narrativas que trouxessem essas temáticas como base. Ao investigar o acervo, muitas eram as entrevistas femininas que trabalhavam com os assuntos citados anteriormente, como nas trajetórias de Zuleika Alambert, Ana Maria Gomes, Raquel Felau Guisoni, que vivenciaram a militância e os reflexos da ditadura em suas vidas. Em suas trajetórias, existem alguns pontos de semelhança, como a relação com a militância nos movimentos sociais e sua identificação com as ideias feministas. Zuleika foi jornalista, escritora e deputada estadual de São Paulo, construiu sua trajetória política e de militância no PCB, sempre pautando a luta

⁶ O Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem como missão: armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso à produção científica e institucional da UFSC. Possui como objetivos: contribuir para o aumento da visibilidade da produção científica da UFSC; preservar a memória intelectual da Universidade; reunir em um único local virtual e de forma permanente a produção científica e institucional; disponibilizar o livre acesso aos conteúdos digitais; ampliar e facilitar o acesso à produção científica de uma forma geral. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/> Acesso em: 15/05/21 As entrevistas do LEGH são de acesso limitado, sendo necessário solicitar autorização para uso.

pela igualdade de classes em conjunto com a igualdade de gênero. Faleceu em 2012, aos 90 anos. (Repositório UFSC, acesso 28/06/21) A socióloga Ana Maria Gomes também foi militante, articulando-se em grupos grevistas de resistência. Tem reconhecimento pelo seu pioneirismo nas discussões de gênero e sexualidade do Mato Grosso do Sul e pela atuação nos movimentos sociais e de mulheres. (SILVA, 2018) Já Raquel Felau Guisoni militou em sua juventude na Ação Popular, no Partido Comunista do Brasil e na Juventude Católica, tendo sua trajetória marcada pela militância durante a ditadura. (GUISONI, 2013)

Essas entrevistas se apresentam como materiais de grande potencial para pesquisa e se encontram salvaguardadas no Arquivo digital do LEGH, o qual está sendo implementado como forma de armazenamento para posterior disponibilização desses documentos. Tendo em vista que, a investigação histórica necessita também de uma delimitação acerca das fontes que serão objeto de análise, optei pelas narrativas de Derlei, Olívia, Helena e Angela, por serem essas as que traziam de modo mais forte a questão da construção identitária frente a clandestinidade e a experiência do exílio em suas memórias, sendo esses pontos melhor abordados no decorrer das entrevistas consultadas. De todo modo, é válido ressaltar que existiam essas outras narrativas com temáticas semelhantes no arquivo feminista do LEGH, as quais traziam discussões semelhantes acerca da situação das mulheres nas conjunturas ditatoriais do Cone-Sul, e encontram-se disponíveis para pesquisas que tem por recorte o trabalho com questões relacionadas a essa problemática.

A primeira trajetória a ser analisada é a de Derlei Catarina de Lucca, catarinense de Içara que durante sua juventude militou pela Ação Popular (AP). Veio a falecer em 18 de novembro de 2017, mas deixou sua marca enquanto um símbolo catarinense de resistência à ditadura. A vida em clandestinidade foi uma realidade para Derlei ao longo de sua militância. Em seus relatos e memórias, sua prisão, violência sofrida, seu exílio em Cuba, bem como a clandestinidade, são temáticas recorrentes.

Eu entrei na Ação Popular no final de 1966, por aí. No ano de 67/68 militei só no Movimento Estudantil, nosso trabalho era no Movimento Estudantil, eu era estudante da UFSC. Quanto veio o ato 5, o Ato Institucional no5, no dia 15 de dezembro, milhares de pessoas entraram na clandestinidade; muitos sindicalistas, milhares de estudantes e eu no meio. Então a minha primeira noite na clandestinidade foi nessa noite. A Ação Popular tinha uma política

de deslocamento de militante, e a decisão era: todos os militantes que eram estudantes ou trabalhavam em profissões liberais deveriam passar por uma experiência em fábrica. Então, na verdade a gente já iria em janeiro, o Ato Institucional no 5 só apressou a tomada de... a decisão já estava tomada, só apressou o fato de ter ido pra clandestinidade. Aí eu fui pra Curitiba, eu fui deslocada pra trabalhar na fábrica, então a Ação Popular arrumou toda a documentação com nome de Deise Campos. Aí eu passei a ser Deise Campos, fui trabalhar na fábrica. No começo a gente não tem muita prática né, então se enrola toda porque alguém te chama de Deise, tu não responde porque não tá acostumada com o nome ainda. Tu tens que criar uma história, criar uma lenda: pai, mãe, irmãos, onde nasceu. Então do ponto de vista psicológico é bastante complicado, não uma coisa simples né? Aí eu troquei de nome, de profissão no caso né, e na clandestinidade a gente tem que abandonar tudo, abandonar a família, não pode ter contato com nada. (DE LUCCA, 2015)

A trajetória de clandestinidade iniciada por Derlei com o AI 5, já retrata, em parte, como seria sua nova realidade, uma realidade paralela que se tornaria oficial com a adoção de uma nova identidade e um deslocamento geográfico como forma de proteção e fuga do regime autoritário. Apesar desse deslocamento não caracterizar um exílio, cabe destacá-lo, tendo em vista que foi a primeira experiência de Derlei com a clandestinidade, a qual seria sua nova realidade a partir desse momento. A questão da clandestinidade é um aspecto percebido também nas trajetórias das outras militantes, sendo um ponto de concordância nas diferentes narrativas.

Como vemos no testemunho de Helena Sumiko Hirata, nascida em 1946 no Japão, veio para o Brasil ainda criança. Sua trajetória com a militância teve início em sua juventude, com o movimento estudantil, militando também em organizações de esquerda como a POC e POLOC. (HIRATA, 2008) Sua história, assim como a de Derlei tem marcas da clandestinidade, advinda de sua militância em organizações de esquerda, como relata em sua entrevista:

E em 70 eu fiquei clandestina porque uma das pessoas que era dirigente da organização foi presa, e sob tortura falou de mim, do companheiro com quem eu estava que também era militante do POC, e aí nós ficamos que nos esconder, ficamos seis meses clandestinos escondidos por uma família em São Paulo, e depois eu saí pro Chile, portanto em dezembro de 70; e fiquei

um mês no Chile, e sai do Chile em janeiro de 1971 pra França. (HIRATA, 2008, p.3)

Através desses dois relatos, já é possível perceber que a questão da clandestinidade era uma constante, tendo fins muitas vezes distintos, mas com motivações muito semelhantes, ligadas à repressão e à necessidade de sobrevivência ao regime.

É claro que a repressão era um fator que poderia agravar ou apressar a entrada do integrante do partido na clandestinidade. Contudo, o militante sempre chegaria, em algum momento de sua militância, a agir na clandestinidade, já que ela é tida como parte fundamental de sua atuação política (...) (SCARPELLI, 2009, p.33)

Assim como os testemunhos anteriores, a história de Angela Xavier de Brito se faz bastante semelhante. Nascida no Rio de Janeiro, conheceu a esquerda enquanto estudava na PUC do Rio. Adentrou a vida clandestina em 1968, que tomou rumos incertos, levando-a a prisões e exílio. (BRITO, 2005)

(...) e aí, em dezembro de 68, depois do AI- 5, a gente foi procurado pela polícia, saímos de onde a gente estava morando, fomos para outro apartamento e caímos na clandestinidade. É, porque a gente estava... nessa época a gente já tinha saído de AP, a gente estava... o meu marido da época estava no PC do B, eu estava sem partido, mas eu estava fazendo um relatório de torturas, estava começando a colecionar dados pra denunciar torturas no exterior, então eu era muito ativa desse ponto de vista, tinha formado um grupo, de intelectuais com ligações com a Europa, tudo o que saiu nessa época, foi um pouco graças a nós... nós é que fizemos. Foram publicados artigos de revistas e livros na Europa com esses relatórios nossos... 18 Não significa grande coisa, não, significa que a gente telefonava para a família e a família não sabia onde a gente estava... (BRITO, 2005, p. 17-18)

Em concordância com os relatos trazidos por Derlei em sua entrevista, vemos novamente no trecho anterior, da entrevista de Angela, que sua condição de clandestinidade se consolidou com o AI 5, onde uma perseguição mais intensa e instrumentalizada do regime

ditatorial brasileiro teve seu início. A clandestinidade teve muitos frutos na vida dessas militantes, teve reflexos únicos na trajetória de cada uma, com subjetividades únicas que corroboraram na formação de uma memória factual. Mas cabe aqui lembrar a relevância do processo de clandestinidade na adoção do exílio, na trajetória dessas mulheres, sendo necessário perceber o vínculo intrínseco presente entre esses dois fenômenos.⁷

Esse preâmbulo teve apenas a intenção de dar uma ideia de que tornar-se clandestino é um produto de perseguições de várias ordens ou de necessidades, ou ainda parte da cultura política tecida em determinado período da história, vivenciada por pessoas e grupos em diversos contextos históricos. Devemos considerar que a clandestinidade deve ser definida por conjunturas específicas, por questões próprias de cada época e lugar. Nesse sentido, consideramos que a cultura política da clandestinidade comunista originada no século XX produzirá, conseqüentemente, uma memória social acerca dessa experiência, onde se conjugam lembranças, esquecimentos e silêncios. O estudo da clandestinidade vivida por militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil torna-se relevante, pois possibilita desvelar aspectos de uma experiência que atingiu inúmeros indivíduos, originando também memórias clandestinas, produzindo marcas atemporais trazidas por muitos desses indivíduos, marcas que permaneceram como lembrança, como silêncio ou como trauma. (SCARPELLI, 2009, p.41)

Na narrativa de Olívia Joffily, não há uma menção direta de seu momento de entrada à vida em clandestinidade, ela, por sua vez, não limita esse episódio temporalmente, mas ao longo da leitura de seu relato percebemos que considera sua vida em clandestinidade algo conjunto a sua vida exilada. Olívia Joffily, assim como as demais mulheres selecionadas para o presente trabalho, teve uma trajetória de militância na esquerda, tendo contato com diferentes organizações políticas, dentre elas a AP e o PCB. (JOFFILY, 2009) Ao longo de sua entrevista, Olívia menciona muito sua experiência de exílio e os reflexos desta em sua subjetividade, me atenho a este gancho para iniciar uma análise mais aprofundada nas

⁷ Há uma relação entre a experiência do exílio e a clandestinidade das/os militantes, mas essa não era uma regra. A adoção do exílio possuía uma carga negativa, uma vez que, não eram bem vistas/os as/os militantes que adotavam essa alternativa. O exílio era então interpretado como um abandono da luta, um desertar da resistência.

experiências exilares de cada uma, pensando as diferentes dimensões e representações implicadas ao longo do processo de expatriamento.

No que diz respeito ao exílio durante a ditadura civil-militar brasileira, diferentes são os sujeitos, bem como as motivações que os levaram a compor a categoria exilados, coube aqui atentar para o feminino nesse processo, às mulheres que vivenciaram tal experiência, como modo de debater o protagonismo histórico feminino, bem como as especificidades de gênero que permeiam sua vivência em exílio.

Desta forma, são considerados exilados/as todos os sujeitos que por perseguição direta ou indireta, por espontânea vontade ou não, se sentiram ameaçados/as (tanto por risco da vida como por perda de emprego e dificuldade para sobrevivência) e deixaram o Brasil durante este período. Portanto, considero exilados/as: perseguidos por escolhas políticas, mas também esposas e esposos, filhos e filhas, pessoas que deixaram o país porque perderem emprego, pessoas que saíram do país a partir de bolsas de estudos, banidos/as, e autoexílio. (ROSALEN, 2016, p. 56-57)

Dentro da categorização atribuída as/os exiladas/os, vale compreender que o fenômeno exilar das ditaduras, apesar de seu caráter massivo, pode ser entendido como um processo coletivo/individual, por contar com uma movimentação mais subjetiva de cada indivíduo.

(...) e o exílio é tanto um fenômeno social quanto um fenômeno individual. A causa evidente da fuga de várias pessoas do Brasil e dos demais países da América Latina foram regimes ditatoriais autoritários, mas resumir o exílio somente a isso seria excluir os agenciamentos individuais, como as escolhas de países de destino, as práticas facilitadoras para se deixar o país ou os pequenos espaços de manobras desses sujeitos, entre outras coisas. (ROSALEN, 2016, p. 55)

O diálogo entre as categorias clandestinidade e exílio é algo bastante íntimo, muitas militantes já flertavam com a dinâmica exilar mesmo dentro do Brasil, uma vez que estavam sempre mudando seu paradeiro ou sua identidade para escapar dos mecanismos da repressão.

No caso de Derlei, esta já convivía com a mudança de nome em seu próprio país, uma necessidade que muitas iriam perceber somente com sua saída para países estrangeiros, mas que para ela já era uma constante mesmo em seu território.

Aí eu fui pra Curitiba, eu fui deslocada pra trabalhar na fábrica, então a Ação Popular arrumou toda a documentação com nome de Deise Campos. Aí eu passei a ser Deise Campos, fui trabalhar na fábrica. No começo a gente não tem muita prática né, então se enrola toda porque alguém te chama de Deise, tu não responde porque não tá acostumada com o nome ainda. Tu tens que criar uma história, criar uma lenda: pai, mãe, irmãos, onde nasceu. Então do ponto de vista psicológico é bastante complicado, não uma coisa simples né? Aí eu troquei de nome, de profissão no caso né, e na clandestinidade a gente tem que abandonar tudo, abandonar a família, não pode ter contato com nada. (DE LUCCA, 2015)

Com a necessidade de mudança de identidade, advinda da clandestinidade, como também da vida e exílio, muitas encontravam-se reféns de um personagem, tendo que se manter fiel a ele como forma de burlar a repressão. Em meio a essa constante mudança de identidade, muitas encontravam-se em crises identitárias, ocasionadas sobretudo por essa perda de referencial subjetivo de sua própria identidade individual. Para Derlei, a mudança de nome se seguiu, como cita em outra passagem de sua entrevista: “Os militantes me conheciam como Guida, é uma confusão, porque quando eu acordava de manhã eu tinha que me lembrar aonde que eu estava e que nome eu estava usando naquela casa. É muito complicado né.” (DE LUCCA, 2015)

Em sua entrevista para o LEGH, Derlei não discorre muito especificamente sobre o modo com que sua condição de exilada teve início, entretanto, faz menções rápidas a tal condição, como na seguinte passagem:

Como é que eu me sentia, porque gente, vocês não imaginam, eu acordava de manhã e eu tinha que pensar: primeiro, aonde eu estava e com que nome que eu estava. É muito complicado. Quando eu fui pra Cuba durante 6 anos todo mundo só me chamava de Catarina, só me chamava de Catarina. No Chile todo mundo só me chamava de Catarina, lá em Cuba ainda hoje me chamam de Catarina. Eu não tinha mais coragem de inventar um outro nome, que meu nome é Derlei Catarina, não tinha mais coragem de inventar outro nome.

Quando eu voltei pro Brasil e me chamaram de Derlei no aeroporto, quando eu cheguei, eu não reagi, porque eu não sabia quem era. (DE LUCCA, 2015)

Apesar de sua breve menção sobre seu exílio, muitas são as coisas que podemos extrair de sua experiência através de seu relato. Como complemento, quando consultei seu livro “No corpo e na Alma” (2002), em que Derlei relata toda sua experiência com a clandestinidade, prisões, tortura e exílio, este último aparece em um excerto do que parece ser uma carta enviada por ela de Cuba para seus familiares que ficaram no Brasil. Nos trechos da carta é possível ver uma carga de emoções através de suas palavras, as quais revelam um misto de saudade, dor, incerteza e perda de raízes durante seu exílio.

O exílio é insuportável. As pessoas tratam-nos bem. São educadas, porém frias e distantes. Somos folhas jogadas ao vento, não temos raízes. O amor pela terra onde nascemos floresce e a saudade é algo concreto. É uma dor fininha machucando o peito. A gente só suporta pela certeza da volta. Nas noites de desespero lembrava das manhãs alegres na Içara, da subida no morro da Igreja à tarde, dos finais de semana em São Roque, das férias no Sangão em casa da tia Irene.

- O trem, mãe, eu quero ver o trem! Dizia o Zé. E a dor apertava.

Só a força moral, recebida na infância, tornou possível manter a sanidade. (DE LUCCA, 2002)

Nas duas passagens anteriores, temos duas perspectivas auto interpretativas de Derlei sobre seu exílio, na primeira, ela ressalta sua confusão identitária, por ter que assumir um novo nome em seus exílios e o quanto isso era confuso e trazia um distanciamento de seu eu real. No segundo, há uma carga emocional bastante evidente, um saudosismo a um passado vivido em Içara, uma dificuldade em adaptar-se a um novo território que desperta um sentimento de não pertencimento e acarreta em um profundo descontentamento. Há um traço permanente em ambos os trechos das memórias exilares de Derlei, ela menciona constantemente a sensação de “não ter raízes” como um dos reflexos mais vívidos de sua experiência no exílio. Essa concepção trazida através de sua memória narrada, dialoga com o significado de exílio trazido por Rollemberg, quando o define como um momento de desorientação e perda de um referencial. (ROLLEMBERG, 2007, p.5)

A dinâmica do exílio, como já debatido anteriormente, flerta com o campo subjetivo de atribuição de sentido, o que garante traços únicos na memória de cada mulher que vivenciou tal fenômeno. Cada uma das narrativas femininas trazidas aqui revela particularidades e similaridades entre si, traços que garantem um enriquecimento no debate sobre exílio de mulheres durante a ditadura.

Na entrevista de Angela Xavier de Brito, quando esta menciona seu exílio vemos que as motivações foram inúmeras, mas que o medo da repressão e de uma nova prisão sua ou de seu marido teve bastante peso na tomada de decisão. Foi um exílio voluntário, dentro das definições motivacionais atribuídas a esse fenômeno, mas que teve motivação intrínseca em um temor por suas vidas. Não foi totalmente arquitetado, como explica Angela:

Ficamos no Rio dois meses e meio clandestinos, moramos na casa de uma amiga minha e depois pegamos o carro e nos mandamos pro Chile. (...) . Quando a gente estava indo pra Buenos Aires, de carro, a gente encontrou um cara e dissemos “a gente está indo pra Buenos Aires e depois vamos direto pro Chile”. E o cara disse, “mas direto, agora, nessa época”? Era junho. “Por quê?” “Porque está entupido de neve! Está tudo fechado, os passos estão 26 todos tão fechados”. Aí a gente ficou em Buenos Aires, tinha uma amiga de mamãe lá, depois conseguimos um hotelzinho, ficamos... (BRITO, 2005, p.25,26)

Para Angela, sua vivência inicial em exílio na Argentina foi bastante positiva e agradável, o que é lembrado em seu relato: “Eu amei a Argentina, não queria sair de lá, não queria ir pro Chile porra nenhuma, eu por mim arrumava um emprego lá e ficava na Argentina.” (BRITO, 2005, p. 26) Mas, por influência de seu marido, sua estadia não durou tanto tempo, pois seu destino final era o Chile. Com sua chegada ao seu destino, relata que ela e o marido conseguiram se estabelecer rapidamente com trabalho e moradia. A questão da militância se seguia, ela aponta que lá conheceu o Grupo de Zuleika Alambert e passou a ter um maior contato com o feminismo, como lembra:

(...) efetivamente já devia ter alguma coisa mexida dentro de mim, forte, né... além desse grupo da Zuleika, eu participei de um grupo de chilenas, organizado por uma brasileira que tinha vindo dos EUA, ela era mulher de

um brasileiro que estava lá, e ela vivia nos EUA, conhecia o feminismo americano, e ela fez um grupo de consciência. Aí, claramente um grupo de consciência. (BRITO, 2005, p. 27)

Por meio do rememoração feito por Angela em sua entrevista, observa-se o modo que ela encarou a situação do exílio, tomando-o pela perspectiva da possibilidade advinda desse processo. Ela ressalta por diversas vezes que conseguiu se encontrar em seu novo país, que conseguiu estabelecer alianças e seguir com sua vida na busca pela normalidade. Em concordância com isso, destaca o estreitamento com as ideias e teorias feministas, que foi possível por meio de seu ingresso no novo país. Ela menciona isso como um ganho, um ponto positivo a ser ressaltado de sua experiência como expatriada.

Toda a estabilidade vivenciada em seu exílio no Chile, foi interrompida com sua prisão e posterior encaminhamento para território francês, mais especificamente em Paris. Lá, novamente, Angela se estabeleceu com seu trabalho de pesquisadora e seguiu com a vida, voltando a ter contato com o feminismo. (Ibidem, 32-36) Ainda cita seu afastamento da comunidade brasileira exilada, destacando um episódio cômico que se recorda:

(...) foi até muito engraçado, porque quando meu segundo marido me convidou pela primeira vez para jantar, eu fui encontrar com ele num café e ele me disse, “ah, fiz uma surpresa para você, reservei num restaurante brasileiro”, eu falei, “puta, que falta de ideia”, e ele ficou tão sem jeito, “ah, mas eu achei que você gostaria”, eu falei, “não, preferia um bom restaurante francês”, ele disse “se você quiser, a gente pode mudar”, eu disse “não, já está feito mesmo, deixa assim”, foi bem engraçado, esse estereótipo de que brasileiro quer comer comida brasileira, eu estava de saco cheio de comer farofa, queria é comer foie gras, aí... (BRITO, 2005, 36-37)

Para Angela, seu afastamento da comunidade brasileira, de seu território natal, não trouxe descontentamentos ou saudades imensuráveis, como para outras exiladas, ela por sua vez, buscava experienciar ao máximo a experiência de exílio como uma real imersão na cultura de outro país. A questão das raízes deixadas para trás não era grande problema, segundo Angela em seu relato, ela buscava esse afastamento, como evidencia em sua

memória sobre o episódio do restaurante com comidas típicas brasileiras. Ao longo de seu relato, percebe-se que Angela abraçou sua experiência de exílio em Paris, interpretando-a como algo bastante positivo em sua trajetória.

Nos dois relatos exilares trazidos anteriormente, vemos dois modos diferentes de experienciar o exílio, no caso de De Lucca, em sua memória, vemos todo seu apego às suas raízes e a falta que ela sentia de estar em sua terra, de seus familiares e seu ciclo de convívio no Brasil. Por outro lado, no testemunho de Brito, vemos que ela abraçou essa experiência como uma real oportunidade e que buscava ao máximo estabelecer raízes nesse novo território, se afastando de suas raízes brasileiras. Por meio dessas duas memórias, vemos que a subjetividade é algo intrínseco ao exílio e como este foi vivenciado e será lembrado. Não há apenas uma definição possível para esta experiência, tendo em vista que esta percorre o campo da individualidade.

Na entrevista de Helena Sumiko Hirata, quando questionada sobre seu exílio, esta descreve o modo com que se deu esse processo, bem como, as dificuldades e possibilidades vividas durante o período:

É, eu fui depois, meu companheiro conseguiu sair antes e eu saí um pouco depois porque eu passei pelo Chile e ele foi diretamente, mas eu fiquei um mês no Chile, consegui um documento de viagem, fui pra França, e na França tive importantes contatos com militantes da esquerda francesa, inclusive através do Michel Levi que fazia um pouco a ponte entre os brasileiros, porque ele era de origem brasileira e francesa; e aí eu comecei a militar a partir de 73 numa organização que é a Liga Comunista Revolucionária, que é uma organização que tinha uma componente feminista muito forte; e foi assim que eu cheguei a me sensibilizar pelas questões do feminismo, porque as mulheres que eram militantes dessa organização também dita revolucionária da esquerda etc., elas eram bastante feministas e militavam em grupos autônomos de mulheres, em comissões sindicais, comissões de mulheres no sindicato etc., e levantando toda uma série de questões não só ligadas ao trabalho, mas a sexualidade, ao aborto, ao lugar da mulher na sociedade... Eu acho que a influência do feminismo francês sobre as brasileiras foi bastante forte, acho que, por exemplo, o Círculo de Mulheres Brasileiras que juntou as brasileiras que estavam na França, todas foram militantes de esquerda revolucionária da época... Havia assim, muitas pessoas, inclusive para você seria muito interessante dar uma olhada no que tem ainda em acervo, arquivo, etc, dessas mulheres brasileiras. (HIRATA, 2008, p. 6-7)

Assim como a experiência de Angela com o exílio, Helena destaca o aspecto da oportunidade advinda da experiência exilar. Ambas estiveram exiladas na França e lá se aproximaram de grupos feministas. Em sua narrativa, Helena Hirata dá destaque a sua militância em grupos de esquerda franceses, sendo por meio destes que há uma maior aproximação com as ideias feministas. Apesar dos aspectos positivos destacados por Helena, esta também discorre que teve dificuldades em se estabelecer no território francês, no que diz respeito ao trabalho. Destaca que foi muito difícil se manter e que conseguiu graças ao pai de seu companheiro, que enviava recursos para ele e que ela acabava se beneficiando disso. Atingir sua independência financeira em novo território foi um processo, que se concretizou com seu trabalho como pesquisadora. (HIRATA, 2008, p. 8,9) O fato de Helena ter dependido economicamente de seu companheiro durante um período já revela marcas das relações de gênero, as quais refletem nas dificuldades que muitas mulheres exiladas enfrentaram durante o exílio, para atingir independência e também se desvincular da figura tutelar masculina.

Na entrevista analisada, Helena não disserta à equipe do LEGH sobre as emoções vivenciadas durante o exílio, não se aprofunda em refletir sobre o que estava sentindo, se havia saudade de seu território ou familiares, ela faz a escolha de relatar sua trajetória de militância a qual se confunde com toda sua identidade subjetiva.

A militância era naquele instante, tinha muita relação com o aqui e agora e pouco com o que faremos daqui a 40 anos... E agora veio esses quarenta anos e eu continuo a não pensar em termos de aposentadoria, no que farei quando eu me aposentar, para onde irei quando me aposentar e tal... Então acho que é um traço dessa formação militante. (HIRATA, 2008, p. 11)

Na narrativa de Olívia, seu exílio se deu de modo diferente, ela foi para o país de destino com seu companheiro, como uma das tarefas orientadas pelo partido pelo qual militava, o PC do B. Seu destino também era a Europa, porém diferente de muitas exiladas que viveram em Paris, Olívia foi para a Albânia.

Eu ainda estava grávida da Mariana, quando o partido nos ofereceu-nos a possibilidade de sair de lá e de trabalhar na rádio Tirano, na Albânia. Porque o Bernardo estava sendo perseguido vivo ou morto, nós estávamos com uma filha pequena, e além do mais a gente preenchia as condições para trabalhar na rádio. A gente escrevia bem, eu falava francês fluentemente... A rádio teve um papel muito importante nesse período, porque era uma rádio de ondas curtas, que divulgava tudo que chegava lá sobre a ditadura no Brasil. E era muito potente, principalmente porque ela era muito ouvida no interior do Brasil, inclusive na região da Guerrilha do Araguaia. Você viu o depoimento da Amelinha falando que a Criméia soube pela rádio da morte do marido dela. Então a gente lia tudo que era recebido, a edição era diária de uma hora de duração para o Brasil. Então nós fomos para esse exílio, que foi uma coisa muito complicada, porque ao mesmo tempo que era um exílio, porque eu estava saindo do Brasil, não era considerado exílio para o partido, porque eu estava cumprindo uma tarefa partidária. Mas tarde, por conta disso, eu fiquei com muita crise de identidade, afinal de contas: sou exilada ou não sou exilada? Sou perseguida ou não sou perseguida? Uma coisa muito complicada, porque a gente tinha sido clandestino. Eu até casei com meu companheiro com outro nome. E a Mariana também foi registrada com outro nome. Viajamos e quando a gente chegou à Albânia, a gente era clandestino lá, nós tínhamos outro nome, nós não tínhamos o nosso nome. Porque como a gente estava muito tempo lá, convivendo com outros brasileiros que depois voltavam, eles tinham medo de que quando o pessoal voltasse, que fosse preso, que houvesse denúncia. Então todas as pessoas que moravam na Albânia viviam com pseudônimos. (JOFFILY, 2008, p. 8, 9)

Nesse trecho da entrevista de Joffily ao LEGH, muitos são os pontos levantados e que merecem ser analisados. Apesar de seu envolvimento com o partido e a militância, ela destaca que o temor maior era pela vida de seu companheiro, que estava sendo perseguido. Em diálogo com a necessidade de escapar da repressão e ainda contribuir com o trabalho na rádio do partido, ela vai para a Albânia com sua filha ainda pequena e seu companheiro. Este exílio, comparado com as experiências femininas trazidas anteriormente, apresenta outro caráter, tendo em vista que Joffily foi encaminhada para o país estrangeiro para cumprir uma função previamente determinada. Diante dessa especificidade, ela cita sua dificuldade em compreender sua situação, se era mesmo uma exilada ou não, sendo este um questionamento que a levou a crises identitárias.

Então nós ficamos 5 anos trabalhando na Albânia. E foi uma experiência ímpar, porque todo mundo falava tanto da Albânia, daquele país fechado, daquela dificuldade, de um país ditatorial etc., mas para mim, primeiro: era a chance de estar em um local sem repressão, onde eu podia estar com a minha filha sem medo de que ela fosse ser morta ou de que eu fosse ser presa, e meu marido também. Além disso, embora fosse um país muito pobre, como eu sou de origem muito simples socialmente. A família do meu pai e da minha mãe também são famílias absolutamente simples, minha avó era analfabeta, a outra só teve educação primária. Então a pobreza que falavam tanto da Albânia não me incomodava, porque para mim era uma coisa normal. E uma coisa eu observava, era pouco, mas todos tinham; então isso pra mim era uma realização das utopias dos sonhos. E muitas coisas eu não conseguia enxergar. Eu só via esta parte. E como eu já tinha tido também essa questão da dificuldade de mulheres etc, lá eu também me interessei pelo movimento de mulheres... (JOFFILY, 2008, p.9)

Para Olivia, ter ido para o exílio na Albânia foi uma experiência positiva, tendo em vista que estava com seu marido e filha em segurança, podendo viver de modo mais livre, apesar de sua realidade de clandestinidade. Assim como as demais narrativas femininas trazidas neste trabalho, Olivia pode se aproximar do movimento e ideias feministas durante seu exílio. Em sua lembrança, Olivia se atém a relatar seu exílio, retorno, questões relacionadas ao feminismo, entre outros pontos, porém, não traz nenhum aspecto mais aprofundado acerca das emoções experienciadas durante o exílio, seus anseios e incertezas, fica mais subentendido que ela estava vivendo de modo mais tranquilo na Albânia. Como ponto de diálogo com as demais entrevistadas, ela coloca o exílio sob o horizonte de possibilidades, discorrendo sobre as possibilidades trazidas com ele.

A trajetória dessas quatro mulheres, militantes e exiladas, possui diversos pontos de diálogo entre si. Por meio do relato de suas experiências individuais podemos ver certas permanências, como também atentar para aspectos que são mais subjetivos da história de cada uma. Ambas se assemelham na sua relação com a clandestinidade, trazida pela condição de exilada ou já vivenciada antes dela aqui no Brasil, bem como na aproximação com o feminismo durante essa condição. O aspecto da subjetividade pode ser observado ao longo de seus relatos, revelando diferentes olhares sobre essa experiência. É na subjetividade que vemos a complexidade de reduzir a experienciar exilar como positiva somente ou negativa, ambas as perspectivas caminham juntas e dependem de fatores individuais para que sejam

rememoradas como boas ou ruins. O processo de rememoração dessas experiências por mulheres que viveram a ditadura será aqui debatido posteriormente, mas cabe então entender o exílio como um fenômeno do campo do subjetivo, bem como das memórias formuladas acerca dele.

Através dos relatos femininos de mulheres exiladas, um dos pontos necessários para compreender a experiência de mulheres nesse fenômeno, é pensar este através da ótica das relações de gênero e como estas aparecem ao longo das experiências. Como trazido por Scott: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995) É o que proponho para debate no subcapítulo seguinte, dialogar a categoria histórica gênero com o fenômeno exílio.

2.3 - Exílio e suas especificidades de gênero

Quando pensamos no exílio enquanto um fenômeno histórico e social, e em diálogo com a temática pretendida nesse trabalho, cabe considerar a categoria gênero enquanto influente no andamento dessa dinâmica. A proposta de trazer narrativas testemunhais femininas acerca do exílio durante a ditadura civil militar brasileira revela aspectos específicos enfrentados por mulheres nessa condição, revela emoções, vivências, olhares e perspectivas que não são observadas nos testemunhos exilares masculinos, e todas essas especificidades só podem ser observadas quando analisadas através da ótica do gênero.

Como percebido anteriormente, o exílio constitui uma experiência ampla e complexa, que flerta com o campo do subjetivo para construir experiências próprias de cada indivíduo que o vivencia.

(...) as vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Assim, não se pode restituir a complexidade do exílio sem analisar a maneira específica pela qual as mulheres o vivem, pois, ainda que ambos os gêneros partilhem de um mesmo imaginário social, o sentido que as mulheres lhe emprestam como grupo social é bastante diferente do dos homens. No entanto, afirmar que as mulheres têm uma maneira específica de viver

esses processos não faz delas um grupo homogêneo: mulheres pertencentes a diferentes grupos e frações sociais interpretam a vivência do exílio de maneiras por vezes diametralmente opostas, que também devemos analisar. (BRITO, VASQUEZ. p. 16)

Antes de adentrar a questão do exílio em diálogo com a temática do gênero, se faz necessário aprofundar a construção do gênero enquanto uma categoria de análise histórica, a qual permite pensar por vieses distintos conhecimentos já construídos anteriormente. A abordagem histórica em diálogo com o gênero revela potencialidades, uma vez que permite a ascensão de aspectos antes invisibilizados na narrativa vigente, como no caso das narrativas femininas sobre o exílio na ditadura. Joan Scott trabalha com a abordagem do gênero enquanto uma construção social imposta aos corpos e às subjetividades.

Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p. 72)

Anterior ao estabelecimento da categoria gênero enquanto uma categoria de análise histórica, as temáticas do campo que envolviam mulheres e demais minorias eram relegadas ao espaço de “curiosidades” ou trazendo recortes menores para incluí-las, nunca colocando essas minorias como parte ativa nas diferentes conjunturas históricas. (SCOTT, 1995, p.75) Para o feminismo, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. (PEDRO, 2005, p.79) Desse modo, os espaços sociais de acesso, bem como as relações hierárquicas e de desigualdade, estariam baseadas na construção social dos papéis de gênero, os quais antecedem o aspecto do sexo.

Diante dessas definições, é reforçada a necessidade de debater o exílio feminino pela perspectiva do gênero, tendo em vista que é um enfrentamento à dominação do discurso masculino no trato das questões históricas. Na construção da narrativa histórica sobre o

exílio, há toda uma mística mitológica por detrás, a qual dialoga com a criação da figura de um herói, como Ulisses⁸, que tem em sua jornada uma experiência exilar como parte importante. A maioria dos exilados se identifica com Ulisses: esse herói que, ao ser banido de seu reino, jamais abdica de seu desejo de regressar enquanto é condenado a dar a volta ao mundo – périplo que certamente apresenta muitos riscos, mas revela também muitos encantos. (BRITO, VASQUEZ. p.20) Esse mito de exílio dialoga com a experiência masculina desse fenômeno, relegando a mulher a um papel secundário nessa trajetória.

Essa jornada masculina do exílio trazida pelo mito do herói não dialoga com a trajetória de militância feminina, como as de Derlei, Olivia, Angela e Helena, tendo em vista que elas foram as heroínas de suas trajetórias.

Assim, as mulheres exiladas partilharam realmente com seus companheiros do sexo masculino, pelo menos na primeira etapa, as características essenciais do exílio: o sentimento de vida provisória, o encerramento em uma comunidade nacional, o luto, o forte engajamento moral com relação ao país proibido. Para nós, é justamente nessa imbricação entre o imaginário social coletivo e a vida cotidiana dessas mulheres que vamos encontrar a chave para interpretar as maneiras bastante específicas que as mulheres têm de se apropriar de suas vivências do exílio. (BRITO, VASQUEZ. p.22)

Ao pensar o feminino no exílio, cabe pensar em dois grandes grupos, “(...) aquelas que já exerciam uma atividade política autônoma em seu país de origem e aquelas cuja única razão de partir em exílio era seguir o marido ou a família” Nos relatos trazidos no presente trabalho, algumas narrativas evidenciam esse aspecto de distinção. Angela, Olívia e Helena

⁸ As aventuras de Ulisses (em grego: Odisseu) são contadas, essencialmente, na Odisseia, um dos Poemas Homéricos. O herói era rei de Ítaca, uma ilha grega do mar Íonio. Era casado com Penélope e tinha um filho, Telémaco. Quando Páris, príncipe troiano, raptou Helena, a mulher mais bela do mundo e esposa de Menelau, rei de Esparta, preparou-se uma expedição contra Tróia, na qual Ulisses tomou parte cativa, nomeadamente ao garantir que Aquiles os acompanharia e aceitaria contribuir com o seu valor guerreiro para o sucesso da guerra. Durante os dez anos do cerco posto a Tróia, Ulisses tem um papel preponderante, quer combatendo valorosamente, quer usando os seus dotes de excelente orador para resolver conflitos ou persuadir os outros, quer, sobretudo, usando da sua proverbial astúcia para vencer dificuldades ou imaginar estratégias que dessem vantagem aos Gregos. Terminada a guerra, todos os Gregos tiveram uma viagem de regresso à pátria atribulada ou funesta. Ulisses não foi exceção e levou dez anos, tantos quantos durara a guerra, a chegar à Ítaca. A animosidade de alguns deuses, tempestades que o desviaram da rota, tentações de mudar o seu destino (como quando, na ilha de Calipso, a ninfa lhe ofereceu amor eterno e a imortalidade se ele ficasse com ela), encontros com perigosos seres (como Circe, a temível feiticeira que transformou muitos dos companheiros de Ulisses em variados e repelentes animais), foram inúmeros os obstáculos que ele teve de superar. Disponível em: <http://www.olimpvs.net/index.php/mitologia/a-historia-de-ulisses/> Acesso em: 21/07/2021

têm em comum que foram para o exílio acompanhando seus respectivos companheiros, de modo algum isso anula sua militância ou relevância políticas, mas como estamos trazendo como proposta, cabe avaliar as especificidades da experiência de gênero e o fato de acompanhar seu marido na jornada do exílio é uma dessas especificidades. Em seu testemunho, Olivia aponta os motivos que a fizeram deixar o Brasil e partir para seu exílio na Albânia: “Porque o Bernardo estava sendo perseguido vivo ou morto, nós estávamos com uma filha pequena, e além do mais a gente preenchia as condições para trabalhar na rádio.” (JOFFILY, 2008, p.8) Ela coloca como motivação inicial em sua fala a preocupação com seu companheiro e com sua filha, como motivos fundamentais para sua tomada de decisão. Em nenhum momento ela coloca sua motivação individual como determinante para seu destino, revelando essa anulação feminina que acontece por muitas vezes em situações de emergência, como o perigo de sua família. Para muitas mulheres exiladas, a experiência do exílio significou a adoção de seu papel feminino mais tradicional, dentro das atribuições tidas como femininas na sociedade patriarcal. Para muitas, sua nova realidade compreendia os cuidados domésticos, como alimentar, cuidar, vestir e criar os filhos, diferente dos homens, que seguiam com suas atribuições políticas e sociais inalteradas durante o exílio.

Apesar dessas mulheres não salientarem em seus testemunhos sua condição distinta, no que diz respeito ao gênero durante o exílio, sabe-se que muitos são os episódios sexistas enfrentados por elas, tendo em vista que a condição exilar feminina era de subjugação. A realidade dessas mulheres no Brasil era de militância e convívio em seus grupos de esquerda, mas durante o exílio enfrentavam dificuldades de se reestabelecer na militância ativa, o que trazia grandes choques de adaptação.

Dupla jornada de trabalho ou não, as mulheres militantes se identificam fortemente, em um primeiro momento, com a imagem masculina. Mas na medida em que tinham sido privadas de suas referências de identidade próprias, e não conseguiam reivindicar as que eram atribuídas socialmente aos homens, essas mulheres tinham uma maior propensão às crises de identidade. (BRITO, VASQUEZ. 2007, p. 24)

Nos relatos de Derlei e Olivia, em suas entrevistas ao LEGH, a questão da perda de um referencial identitário é recorrente durante o exílio. Para Derlei, esse aspecto dialoga com a clandestinidade ligada a sua militância e ao exílio, mas traz um sofrimento maior durante essa experiência. Já Olivia, destaca que sua crise identitária se deu em consequência de sua

ida ao exílio por determinação de seu partido junto a seu marido, o que causava uma incerteza acerca de sua situação, se ela poderia ou não se considerar exilada diante das circunstâncias. A situação de privação das atividades relacionadas à militância, que muitas mulheres enfrentaram durante o exílio favorecia as crises de identidade, sendo este mais um traço na dinâmica feminina da experiência de repatriamento, que revela especificidades caras ao gênero exilado.

Como aspecto recorrente nas narrativas de mulheres exiladas durante a ditadura civil militar brasileira, e que se repete nos testemunhos de Derlei, Angela, Olívia e Helena, percebe-se a aproximação das mulheres exiladas com as discussões e o movimento feminista. As exiladas que vivenciaram esse momento em território francês, puderam adentrar em um dos cenários mais ativos do movimento feminista, principalmente a partir dos anos 1970.

“A adesão ao movimento feminista que algumas mulheres exiladas fazem em uma etapa posterior apresenta uma dupla característica: começa a se manifestar na segunda etapa do exílio, como um aprofundamento do processo de transculturação; é, sobretudo, feita por aquelas que pertenciam a organizações políticas, no bojo de uma luta para conquistar uma certa margem de autonomia dentro de suas organizações que conduzi-se ao reconhecimento da especificidade das mulheres. (BRITO, VASQUEZ. 2007, p.27)

Na experiência de Angela, ela destaca que seu envolvimento com o feminismo se deu através de sua participação de organizações de exilados na França, lá passou a fazer parte de grupos de leitura com autoras feministas, discutir mais as ideias feministas, bem como, voltar de certo modo a dinâmica de militância a que estava habituada no Brasil. (BRITO, 2008, p. 37-40)

Nossa experiência pessoal e nossas leituras permitem afirmar que todas as mulheres latino-americanas, qualquer que fosse sua nacionalidade, foram tocadas de alguma maneira pela vaga do feminismo na França. Podemos, no entanto, dizer que as comunidades nacionais estruturadas de maneira mais autoritária avançaram menos rapidamente em direção ao feminismo. As brasileiras foram as primeiras a se organizar independentemente dentro de um grupo proclamado de “feminista”. O Círculo de Mulheres Brasileiras, fundado em 1975, visava ao aprofundamento da consciência de seus membros “sem perder de vista a estrutura global da sociedade”. O Círculo funcionava em dois níveis: grandes assembleias de mais de oitenta membros, cujas temáticas se aproximavam daquela das organizações

políticas; mas, sobretudo, pequenos “grupos de consciência” que se reuniam toda semana ou a cada quinze dias, onde os temas de discussão eram bem diferentes: relações conjugais, aborto, menstruação, relação com o corpo, entre outros. (BRITO, VASQUEZ, 2007, p.27)

As relações das brasileiras exiladas com o Círculo de Exilados e com o movimento feminista, favorecia um questionamento de sua posição social como mulher, do lugar social que ela ocupa, bem como da disparidade entre os homens e mulheres nos diferentes âmbitos sociais. Fica evidente que quando essas mulheres tratam da questão do feminismo em suas memórias há uma alegria em seu contato, tendo em vista que muitas consideram esse momento como sendo seu maior ganho durante sua experiência de exílio. Há um carinho com essa memória, que ressignifica essa vivência para um horizonte de perspectiva positivo. Em muitas das narrativas aqui selecionadas, não há menção direta ao feminismo durante o exílio, o que se deve a inúmeros fatores, dentre eles a intencionalidade da entrevista, que influencia diretamente no que será lembrado, como no caso de Helena, que militou e teve contato direto com o feminismo durante seu exílio na França.

Olivia Joffily teve contato com discussões feministas durante seu exílio na Albânia, as quais eram diferentes das que aconteciam na França mas tinham relevância no contexto do referente país. Para ela, seu real contato com o feminismo se deu em seu retorno, uma vez que as discussões dos grupos de mulheres albanesas eram limitadas, tendo em vista que o país era bem pequeno e permeado por tabus de gênero. De modo distinto, cada uma vivenciou sua experiência de exílio e as questões de gênero que a permeiam, seja nas atribuições sociais, no seu afastamento da militância ou em sua aproximação com o feminismo. Visualizar essa experiência pela ótica do gênero é um modo de enriquecer a compreensão acerca desse fenômeno histórico e compreender que este proporciona perspectivas distintas para cada um que o vivencia.

As relações de gênero se manifestam a todo momento e em todos os âmbitos e conjunturas sociais. Essas relações são desempenhadas na vivência social entre os sexos, com base nas atribuições socialmente construídas acerca do que é ser mulher ou homem, gerando uma dinâmica de poder. No processo do exílio não seria diferente, os reflexos das relações de gênero são perceptíveis e têm influência direta no andamento particular dessa experiência. As relações de gênero atribuem os papéis sociais a serem desempenhados, fazendo com que

homens e mulheres experienciem a mesma situação de modo distinto. Apesar de muitos pontos serem semelhantes quando se fala de exílio de homens e mulheres, tem algumas etapas que são vividas somente pelo feminino, as transformações experienciadas por mulheres em suas trajetórias são únicas, assim como as dos homens, tendo essa diferenciação pautada pelas relações de gênero. Diante dessa diferenciação, há uma sobreposição das narrativas masculinas acerca do exílio em detrimento das femininas, formulando uma história do exílio nas ditaduras baseada na experiência masculina desse fenômeno.

Ao pensar essas questões através de testemunhos, como no presente trabalho, a história oral entra em cena, uma vez que esta consiste em trabalhar com fontes orais como as entrevistas, para compreender os aspectos distintos que permeiam a experiência histórica. Desde sua constituição enquanto metodologia de pesquisa, a história oral teve relação direta com a categoria histórica gênero, bem como com a categoria memória.

No processo de integração entre a História e a história oral, o gênero teve uma função, mas não como categoria central e dominante. Seu papel foi aparentemente mais modesto, no sentido de que foi usado em sua forma verbal, *gendering*, que se poderia traduzir como "genderizar", isto é, como uma operação para modificar ou redefinir as abordagens históricas existentes. Assim, em muitos casos, a história oral contribui fortemente com os esforços de "genderizar" a História. (PASSERINI, 2011, p.99)

Pensar em uma história não "genderizada" é o que se propõe esse trabalho, trazendo as memórias femininas como um novo olhar sobre um processo histórico comum, o qual é capaz de garantir novas perspectivas analíticas e revelar novos fatos indispensáveis na construção de um saber histórico mais completo. Cabe então refletir como dialogar memória, ditaduras e gênero para falar de uma história de mulheres pode ser algo possível, e não só possível como necessário na construção de uma historiografia com maior protagonismo feminino.

3. CAPÍTULO II - MEMÓRIAS FEMININAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DE MULHERES NA DITADURA

Neste capítulo, apresento uma análise sobre as relações da memória com a questão de gênero, no trato das questões da historiografia da ditadura civil militar brasileira. A História, enquanto campo científico, é permeada de disputas discursivas e elencar a participação feminina nos processos históricos advindos com a ditadura é um modo de disputar o espaço na construção das narrativas tomadas como oficiais. Pensar a memória como categoria de análise quando se fala em ditaduras é algo inerente, uma vez que, é através das memórias, dos relatos e vivências, passadas pela oralidade em grande parte das vezes, que nós historiadoras/es conseguimos acessar esse passado. As diferentes operações presentes na memória nos possibilitam rememorar fatos e momentos passados, mas estes estão sendo sempre confrontados pelo fantasma do esquecimento, o qual interfere diretamente no processo de rememoração dos fatos. Os traumas e sequelas, das mais diversas dimensões, vividos pelos sujeitos históricos desse período, interferem em certo grau na produção dessa memória, e muitas vezes corroboram no processo de apagamento.

O processo de rememorar, como feito por Derlei, Angela, Olívia e Helena em suas entrevistas, pode revelar traços de como elas ressignificaram e atribuíram sentido as experiências que vivenciaram durante ditadura, quando pensamos nas memórias de suas vivências exilares essas são permeadas de afetividades que influenciam no modo com que essa memória foi produzida como também será transmitida posteriormente. Desse modo, lidar com a memória por meio de entrevistas é lidar com a história oral, a qual possui metodologias de análise específicas para que se possa extrair os pontos necessários para além de todas as subjetividades e emoções presentes nos relatos, evitando os vícios recorrentes quando se trabalha com a memória de sobreviventes de conjunturas e eventos históricos.

Há uma subjugação das memórias e narrativas femininas no trato com as questões que permeiam a temática das ditaduras do Cone sul, o mesmo se repete quando se fala no processo ditatorial vivenciado no Brasil. Me proponho aqui, compreender a partir das categorias citadas anteriormente, como se dá essa secundarização das memórias femininas na

construção da historiografia. Para além disso, cabe pensar na potencialidade do uso de testemunhos femininos na construção de uma história que revele o protagonismo e agencia de mulheres ao longo do processo histórico e social que foi a ditadura civil militar brasileira.

3.1 - Memória: uma categoria útil para a construção da história das ditaduras do Cone-Sul

A memória pode ser considerada uma das funções cognitivas humanas de maior complexidade, é através dela que armazenamos todo o conhecimento e experiências adquiridos durante nossa existência. É através dessas experiências e das memórias produzidas a partir delas que formulamos nossa identidade subjetiva e conseqüentemente construímos nossa história pessoal e social. Ao pensar na questão da História e da Memória, cabe lembrar que estas são coisas distintas e que geram espaços de saber díspares, porém capazes de dialogar de acordo com os usos que fazemos a partir da memória que produzimos. “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p. 51) A partir da afirmação de Le Goff, pode-se perceber que as memórias produzidas a partir das experiências vivenciadas não são por si só história, estas se tornam parte de um conhecimento histórico por meio dos usos e interpretações que damos a elas, através do emprego de categorias operacionais próprias do ofício da/o historiadora/o. Desse modo, cabe compreender essas duas áreas em sua complexidade, ambigüidade e coexistência.

É por meio da história oral que a relação entre a memória e a história, enquanto campo científico, se estreita. A história oral, por meio da técnica da entrevista, configurou-se como uma nova, metodologia no trato da memória enquanto fonte histórica, colocando em xeque as concepções temporais lineares, dando espaço para noções de tempo baseadas na subjetividade e partindo dessas percepções para a formação do conhecimento histórico específico, dotando assim a memória de uma historicidade. (PEDRO, VANSEN, 2012. p. 132)

Ao pensar os aspectos mnemônicos e sua relação com a esfera do saber histórico, o filósofo francês Paul Ricoeur desenvolve sua abordagem acerca da relação dessas temáticas,

bem como das possibilidades dos usos da memória pelo campo da História. Dentre os pensadores contemporâneos, ele se destaca por ter os questionamentos mais influentes em torno dessa discussão. Ricoeur trabalha com as diferentes operações que permeiam a memória e que possibilitam que esta seja empregada no campo da história, dentre elas o ato de lembrar, ponto inicial na recuperação da memória para a construção das narrativas.

[...] lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa. O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’. [...] o reconhecimento, que coroa a busca bem-sucedida, designa a face cognitiva da recordação, ao passo que o esforço e o trabalho se inscrevem no campo prático. (RICOEUR, 2007, p. 71)

A memória então, não se resume ao fato de lembrar, mas sim exercitar essa memória, ou seja, o uso que será dado para determinada lembrança.

O termo “memória exercitada” designa uma das formas de apresentação da memória: a forma pragmática. Denota ação, uso, efeito prático para um conceito abstrato/cognitivo ao qual a memória é relacionada diversas vezes. Assim, segundo Ricoeur, a noção de exercício da memória se refere não apenas ao ato de receber, mas também ao de buscar operadores da recordação/rememoração. Desta forma, é enquanto exercida que a memória se faz memória social/coletiva, sendo a raiz ou a base da historiografia. (LACERDA, 2018, p.3)

Ricoeur estabelece uma diferenciação em duas operações que compõem a memória, a memorização e a rememoração. Cada uma destas exige diferentes graus cognitivos da memória, no que diz respeito às entrevistas orais aqui utilizadas enquanto fontes, estas solicitam das entrevistadas o exercício da rememoração, o qual tem maior relevância na construção do conhecimento histórico que se pretende.

Ricoeur tem o cuidado de distinguir memorização de rememoração. Para o autor, a memorização é um “ato de fazer memória que se dá como prática por

excelência” (RICOEUR, 2007, p. 73), ou seja, seu traço pragmático, técnico, que objetiva o aprendizado de saberes e habilidades, não havendo um novo aprendizado para acessar tal informação. Apresenta, assim, duas faces: uma negativa e uma positiva. A negatividade se dá, pois a memorização não passa de uma “economia de esforços, ficando o sujeito dispensado de aprender novamente para efetuar uma tarefa adequada a circunstâncias definidas” (RICOEUR, 2007, p. 73). A face positiva está vinculada ao fato de que o ato de recuperar uma lembrança – realizar tarefas-hábito – traz um sentimento de felicidade justamente por esta economia de esforços. A felicidade que o autor aponta está relacionada ao fato de que não precisamos dispensar uma grande energia no ato de rememorar a cada vez que precisamos realizar uma tarefa cotidiana, ou seja, um esforço para reaprender tudo a cada necessidade. Desta forma, Ricoeur considera a memorização uma memória-hábito. Por sua vez, a rememoração é constituída por uma dupla forma de recuperação, na medida em que há uma evocação simples da lembrança, mas também há um reconhecimento do acontecimento, para, assim, concluir o processo de rememoração. Com a rememoração, enfatiza-se o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido. A marca temporal do antes constitui, assim, o traço distintivo da recordação, sob a dupla forma da evocação simples e do reconhecimento que conclui o processo de recordação. (RICOEUR, 2007, p.73)

Tendo em vista que lembrar-se de tudo referente a determinado momento, situação ou vivência é algo impossível, é interessante perceber que o ato de narrar passa por escolhas, não necessariamente voluntárias, mas ainda assim são escolhas narrativas, que levam as memórias para determinadas compreensões.

Nesse sentido, a memória trazida por meio dos testemunhos é uma forma de refletir e atualizar a experiência que está sendo rememorada, garantindo novas perspectivas de compreensão ética e política. Esta não está comprometida com uma verdade factual, mas sim com os aspectos advindos da reformulação, dos silêncios e das negações presentes na memória testemunhal. (BACCI, OBETI, SKURA, 2012 p.36) A memória então, não consiste somente no que está sendo relatado, mas nos demais traços que a compõem, como silenciamento e até apagamento de determinados fatos.

E é nesse sentido que afirmamos que a memória é uma invenção. Não significa que estamos supondo que a pessoa que aceita arriscar respostas às nossas indagações de pesquisa esteja mentindo ou que esteja sendo levada pelo engano, mas que a rememoração é sempre um processo de subjetivação, de positivação, de refazer, de criação. (PEDRO, VENSON, 2012, p. 4)

Ricoeur também menciona que “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si” (2007, p. 101). Essa ideia dialoga com a questão das memórias das ditaduras do Cone-Sul, tendo em vista que as experiências dos indivíduos que as experienciaram têm uma carga traumática e essa se reflete nas narrativas que serão produzidas a partir da memória desses indivíduos.

Para Heymann (2006) “dever de memória” e a ideia de justiça envolvida neste processo passa por uma busca pelo reconhecimento de uma dívida pública – como nos apontou Ricoeur. A justiça, neste sentido, passa a ser entendida como o reconhecimento público de determinadas memórias, incluindo-as nos discursos históricos hegemônicos. Assim, o aparecimento de grupos silenciados na esfera pública com suas novas memórias e a afirmação de suas identidades suscita uma luta por direitos e por espaços no discurso memorialístico público, institucionalizado e oficial. A justiça aparece aqui no sentido de reparação – seja pelo silenciamento ou pela invisibilidade executada de forma consciente ou não – inserindo em uma “história oficial” memórias que nunca couberam. (LACERDA, 2018. p. 11)

Há na memória um comprometimento com a justiça, principalmente daqueles que foram vitimados em momento traumático da história, como no caso das vítimas da repressão da ditadura. Esse compromisso se reflete na escrita da história que tem por base essas memórias, há uma necessidade de reparação e para além disso uma necessidade de ceder espaço para a memória daqueles que muitas vezes foram esquecidos.

[...] entre as lutas por direitos, ganha lugar a luta por manter viva essa memória, mas também por conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações sobre o passado, por figurar nos livros e manuais escolares, por ver-se incluído no calendário oficial de comemorações, reivindicações que têm como objetivo reparar o silêncio e a invisibilidade que, muitas vezes, marcaram a vida dessas coletividades, e promover a sua integração à história da nação a partir de uma nova perspectiva. (HEYMANN, 2006, p. 3)

Ainda sobre a categoria memória, Halbwachs discorre sobre o paralelo entre o aspecto coletivo e o individual da memória e suas possibilidades, e como esta pode ser definida a partir de uma elaboração coletiva em uma conjuntura social determinada. Nesse sentido, a memória é dependente de fatores sociais, como o convívio coletivo e identitário de um grupo para sua formulação. (HALBWACHS, 1990)

Para este, a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais, a lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva. Segundo Halbwachs o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência, a memória é então sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”(…) (SILVA, 2016, p. 248)

Para o autor,“(…) lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2013, p. 72)

Ao pensar o aspecto coletivo da memória, este propõe uma operação distinta das trazidas por Ricoeur, uma vez que não a concebe enquanto algo exclusivamente individual,

considera que a lembrança é composta em meio ao convívio social de cada um e que este tem influência direta no modo que essa lembrança será constituída.

A abordagem que Michael Pollak (1989) desenvolve em torno da categoria memória também se faz relevante, uma vez que, o autor contribui com a noção de memórias em disputa no campo da história, dando enfoque para a ideia de enquadramento e manutenção da memória, que privilegia narrativas, datas e personagens com fim de fundamentar determinada perspectiva. As noções de memória dominante e memória dominada também são exploradas pelo autor, o qual atenta para que uma polaridade entre ambas não seja tomada enquanto imutável, por existir certo grau de fluabilidade entre elas.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989)

Pensar que determinadas memórias são suscitadas ou esquecidas de acordo com a conjuntura vigente, permite refletir sobre o lugar da memória de mulheres sobre os diferentes eventos históricos, bem como sobre o lugar que essa memória ocupa no processo de construção do conhecimento histórico. Vale refletir se essa fluabilidade das memórias marginalizadas ocorre também quando se fala de memórias que envolvem mulheres, como forma de compreender as continuidades da lógica dos papéis de gênero quando se fala de rememoração dos fatos.

Essa necessidade de conquista de espaço na narrativa histórica que se faz presente revela um aspecto de disputa por um discurso hegemônico, que caracteriza a formação da historiografia. No que diz respeito à historiografia acerca das ditaduras, em especial da ditadura civil militar brasileira, essa é permeada por disputas discursivas que dão enfoque a determinados personagens de acordo com a conjuntura política e social que atribui sentido às memórias desse passado recente. Esse discurso hegemônico na historiografia prioriza a presença de indivíduos masculinos em detrimento de toda a agência feminina frente às conjunturas históricas, o que se repete no discurso acerca do passado recente das ditaduras.

Desse modo, trazer narrativas de mulheres que enfrentaram a ditadura, nesse caso atentando para suas experiências frente ao repatriamento, é um modo de disputar espaço discursivo com a narrativa vigente, fornecendo visibilidade a essas vivências como forma de construir uma nova perspectiva historiográfica das ditaduras por meio da memória feminina.

3.2 - Memórias femininas da ditadura: uma potência para construção de uma História de Mulheres

A ideia de potência está associada à ideia de protagonismo e isso fica evidente nas memórias exilares femininas, as quais apresentam todo um potencial na formação de uma historiografia mais plural, com espaço para o protagonismo feminino e suas agências. A ideia de potência No contexto das ditaduras latinoamericanas, pensando os processo advindos do exílio imposto às mulheres e as memórias a partir dele produzidas, há uma lacuna historiográfica que tem por base as relações de gênero, as quais relegaram as memórias femininas na construção das narrativas históricas um papel secundário ou até invisível. Scott discorre acerca da influência das relações de gênero e dos papéis sociais possibilitados pelas definições de sexo nos desdobramentos políticos, ou seja, no modo que as construções sociais normativas de homem e mulher são determinantes nos processos históricos e culturais.

Ao mesmo tempo, porém, elas normalmente não problematizaram os termos da diferença sexual em si; “gênero” significa um conjunto de categorias fixas antagônicas, masculino e feminino, e “política” altera ou perpetua a relação entre mulheres e homens. A pergunta sobre como a política constitui a diferença sexual (em outras palavras, como e em que medida a masculinidade é assegurada pela atribuição da feminilidade como sua antítese) não tem sido feita. (SCOTT, 2019, p. 20)

Para Scott, a influência do gênero, mais especificamente das atribuições relegadas ao sexo são influentes no papel ocupado por mulheres, bem como em sua exclusão social e política. “(...) As mulheres se tornaram visíveis em sua diferença na esfera política apenas quando foram excluídas por causa de seu sexo. A diferença sexual foi, então, o efeito, não a

causa, da exclusão das mulheres.” (SCOTT, 2019, p.21) O contexto e as conjunturas políticas constituíram-se, historicamente, enquanto um território desfavorável para as mulheres, o que leva a pensar no papel ocupado pela narrativa testemunhal feminina das ditaduras, em especial no caso brasileiro, que não favorece um aparecimento feminino ao longo do desenrolar desse processo, invisibilizando ou secundarizando, muitas vezes, sua participação e agencia.

Ao acessar arquivos feministas, como o que tem se construído no LEGH, e todo seu material de entrevistas com mulheres que vivenciaram as ditaduras do Cone-Sul, fica evidente que houve forte presença feminina durante essa conjuntura, que mulheres militaram, caíram em clandestinidade, foram presas, torturadas, exiladas e lutaram por suas vidas, assim como se percebe nas memórias masculinas. Mas ainda assim, essas narrativas não são colocadas em pé de igualdade, tendo em vista que as relações de gênero se perpetuam no campo historiográfico, priorizando narrar trajetórias heróicas por meio de memórias masculinas.

Sem dúvida, jamais os papéis sexuais foram definidos com maior rigor normativo e explicativo. O poder político é apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado. É a lei do equilíbrio histórico. (PERROT, 2001)

Essa lógica patriarcal se faz presente nos diversos âmbitos sociais, e a História, enquanto campo científico, também reproduz as distinções que tem por base os papéis sexuais como condicionantes das relações de poder desempenhadas entre homens e mulheres.

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. (PERROT, 2001)

Com Perrot, percebe-se que a constituição dessa diferença sexual, que culmina na historiografia excludente, bem como nos demais lugares de acesso às mulheres e demais minorias sociais, foi historicamente construída, atribuindo papéis e lugares aos gêneros.

Nessa atribuição de tarefas sociais gendradas, cabe à mulher tarefas do lar e da família e ao homem o trabalho e o político. Através dessa divisão, percebe-se que historicamente as mulheres possuíam um lugar determinado de ação, e as que transpusessem esse lugar estavam indo contra a lógica social estabelecida. Fica fácil também compreender que a História, enquanto fruto da sociedade e dos processos sociais que esta tem por objeto de análise, iria reproduzir tal lógica, ocasionando um apagamento sistemático das mulheres que participaram ativamente dos processos históricos, negando seu protagonismo.

Por outro lado, a pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. Foi o que poderia se chamar a era do matriarcado, triunfante numa certa época da antropologia feminista americana, o tempo das Amazonas de Françoise d’Eaubonne, das Guerrières et Gaillardes (Guerreiras e levianas) de Pierre Samuel, simpática e ardente demonstração da força física das mulheres. (PERROT, 2001)

Tendo em vista que a questão dos discursos historiográficos revelam relações de poder social entre os gêneros, Perrot reconhece que os estudos feministas têm feito um enfrentamento assíduo a essa lógica patriarcal e opressiva, que relega ao esquecimento a presença e agencia feminina. “Um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos.” (PERROT, 2001)

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. (...) elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. (PERROT, 2001)

A partir da compreensão de que o processo de secundarização historiográfica feminina foi algo historicamente construído, fica evidente que o apagamento da agência feminina nas narrativas oficiais acerca das ditaduras civis militares do Cone-Sul, obedece a uma lógica que tem bases estabelecidas nas relações de gênero, do mesmo modo que a valorização e protagonismo das memórias masculinas obedece aos preceitos estabelecidos nessas relações. No diálogo com o gênero no trato das questões das memórias femininas da ditadura, é evidenciado que as mulheres não são passivas, há agência, há movimento e protagonismo, mas este é apagado por não atender as perspectivas pretendidas em uma história gendrada. Assim como Perrot ressalta que a história das mulheres do século XIX era potencial reveladora de novas perspectivas acerca do cotidiano e da sociedade, esta mesma lógica pode ser aplicada para demais temporalidades, como na história recente das ditaduras. Pensar essa conjuntura pela ótica e vivências femininas é traçar uma “história outra” capaz de revelar novas descobertas e enriquecer o debate historiográfico sobre as temáticas que permearam tal conjuntura.

Como percebido, os traços do gênero se fazem presente na história das ditaduras, surgindo como expoente nas narrativas de mulheres que a vivenciaram, como nos testemunhos aqui selecionados de Derlei, Angela, Olívia e Helena.

El lugar de la escucha es también un punto de vista. Algunos testimonios requieren prestar atención a un principio de diferenciación social que es el género. El género no es solo un concepto. Es una parte fundamental de la experiencia de los sujetos y constituye un atributo esencial entre aquellos que nos interpelan y construyen día a día como tales. Determina nuestras prácticas cotidianas y nuestra manera de ser y estar en el mundo. Adoptar como perspectiva de escucha al género, implica una relectura de los textos de la cultura, en especial el corpus documental sobre el que trabajamos, los testimonios, para ver de qué modo son puestos en tensión. (BACCI, OBERTI, SKURA, 2012 p.44)

Os testemunhos, enquanto recipientes da memória, tem em sua concepção marcas das relações de gênero. O gênero não é algo isolado da experiência comum, pelo contrário, é determinante no andamento das práticas cotidianas. Nos testemunhos aqui selecionados como fonte, as marcas de gênero são reveladas através dos espaços acessados por essas mulheres

nas dinâmicas sociais que estas enfrentavam, bem como no modo de interpretar situações cotidianas partindo do lugar feminino.

También el poder que se ejerce y ejercita en la represión directa se da en el marco de relaciones de género. El modelo de género presente identifica la masculinidad con la dominación y la agresividad, características exacerbadas en la identidad militar, y una feminidad ambivalente, que combina la superioridad espiritual de las mujeres (inclusive las propias ideas de «Patria» y de «Nación» están feminizadas) con la sumisión y pasividad frente a los deseos y órdenes de los hombres. Los rituales del poder en el escenario público (saludos militares, desfiles, etc.) tienen un carácter performativo, en el que se despliega sin matices la dualidad entre el actor/poder masculino, por un lado, y la pasividad/exclusión feminizada de la población o audiencia por el otro. (JELIN, 2002, p. 101)

As atribuições de papéis de gênero eram refletidas nas dinâmicas políticas e nas formas de dominação empreendidas durante as ditaduras. A estrutura e os aparatos de repressão atendiam a lógica patriarcal e reproduziam as mesmas lógicas de controle dos corpos presentes nos demais âmbitos sociais.

La represión fue ejecutada por una institución masculina y patriarcal: las fuerzas armadas y las policías. Estas instituciones se imaginaron a sí mismas con la misión de restaurar el orden El género en las memorias 107 «natural» (de género). En sus visiones, debían recordar permanentemente a las mujeres cuál era su lugar en la sociedad —como guardianas del orden social, cuidando a maridos e hijos, asumiendo sus responsabilidades en la armonía y la tranquilidad familiar—. Eran ellas quienes tenían la culpa de las transgresiones de sus hijos; también de subvertir el orden jerárquico «natural» entre hombres y mujeres. Los militares apoyaron e impusieron un discurso y una ideología basadas en valores «familísticos». La familia patriarcal fue más que la metáfora central de los regímenes dictatoriales; también fue literal. (JELIN, 2002, p.106, 107)

Ainda sobre as memórias femininas sobre o passado ditatorial, Jelin ressalta que há uma diferenciação nas memórias e testemunhos produzidos por homens e mulheres, mesmo que tenham vivenciado o mesmo contexto e processo, o modo que cada um produzirá a memória se faz de modo distinto.

Existen algunas evidencias cualitativas que indican que las mujeres tienden a recordar eventos con más detalles, mientras que los varones tienden a ser más sintéticos en sus narrativas, o que las mujeres expresan sentimientos mientras que los hombres relatan más a menudo en una lógica racional y política, que las mujeres hacen más referencias a lo íntimo y a las relaciones personalizadas —sean ellas en la familia o en el activismo político—. Las mujeres tienden a recordar la vida cotidiana, la situación económica de la familia, lo que se suponía que debían hacer en cada momento del día, lo que ocurría en sus barrios y comunidades, sus miedos y sentimientos de inseguridad. Recuerdan en el marco de relaciones familiares, porque el tiempo subjetivo de las mujeres está organizado y ligado a los hechos reproductivos y a los vínculos afectivos. (...) En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional del rol de mujer, la de “vivir para los otros”. Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en atender y cuidar a otros cercanos, generalmente en el marco de relaciones familiares. La ambigüedad de la posición de sujeto activo/acompañante o cuidadora pasiva puede entonces manifestarse en un corrimiento de su propia identidad, queriendo “narrar al otro”. En las dos acepciones de la palabra “testigo” presentadas más arriba, esto implica una elección de ser testigo-observadora del protagonismo de otro (un hijo detenido-desaparecido, por ejemplo), negando o silenciando el testimonio de sus propias vivencias —aunque obviamente estas se “cuelan” en relatos que aparentemente están centrados en la experiencia de otros—.(JELIN, 2002, p. 537)

Nas memórias femininas há um potencial distinto do presente nas memórias masculinas, tendo essa diferenciação origens no lugar social específico relegado a cada um. Essa diferenciação não se dá de modo essencialista, mas sim no desenrolar das vivências sociais, que revelam a diferenciação de espaços e alcances acessados por cada indivíduo. Cabe pensar a categoria experiência de acordo com Joan Scott:

Quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação. Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história - são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêm e agem no mundo. (SCOTT, 1998, p.301-302)

A experiência nesse sentido se mostra como uma categoria complexa, que constitui os sujeitos e ao mesmo tempo constitui os processos históricos.

Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. (SCOTT, 1998, p. 304)

Ao analisar as memórias femininas sobre as ditaduras, no que concerne a experiência nas militâncias e organizações políticas, estas mostram que havia uma igualdade estabelecida no discurso, mas que quando analisada mais profundamente se mostrava desigual. Havia uma valorização da capacidade militar, que era automaticamente atribuída ao masculino, excluindo as mulheres por não serem dotadas dessa capacidade de combate. (OBERTI, 2010, p.16) Isto demonstra que havia essa diferenciação nas experiências vivenciadas nos diferentes reflexos da ditadura civil-militar e que tal diferenciação tem origem na distinção socialmente construída dos gêneros. Esse é um dos exemplos possíveis para evidenciar essa diferença de experiências, que tem origem no lugar social determinado pela influência das relações de gênero no andamento das dinâmicas sociais, permitindo assim que os indivíduos experienciem de modo distinto um mesmo contexto histórico.

ao analisar a memória da experiência, não há como encontrar uma narrativa sobre a sociedade, o público, o político, e outra sobre a indivíduo, o privado, o psicológico, porque a experiência se dá na imbricação de todos esses âmbitos e é na experiência que se constituem as sujeitas. Esse entendimento coloca necessariamente em debate o fato de que às mulheres está reservado um lugar social específico, que lhes permite experimentar uma existência distinta da dos homens e que lhes constitui como “diferença” em relação ao sujeito masculino. Tais teorizações da sujeita trouxeram ao debate novas problemáticas acerca do tratamento dado à memória. (PEDRO, VANSSEN, p. 134)

Nesses trechos, são citados alguns dos motivos que revelam as narrativas femininas como potenciais para a construção de uma história das ditaduras mais completa e que engloba diferentes aspectos dessa experiência. Novas evidências podem ser suscitadas através das memórias femininas das ditaduras, as narrativas de mulheres apresentam uma riqueza de detalhes no trato com questões do cotidiano vivenciado, das emoções e subjetividades suas e

dos outros que a cercam. Desse modo, o olhar feminino acerca das experiências históricas, como visto nas memórias exilares, não só possui potencial como se faz essencial na construção do saber histórico.

Desta forma, uma história feminista torna-se uma maneira de fazer a crítica da maneira como esta história é narrada e como esta disciplina atua, tornando-se um “lugar de produção do saber de gênero”. Para quem quer escrever esta história, trata-se de observar os significados “variáveis e contraditórios” que são atribuídos à diferença sexual. Além disso, é preciso perceber em quais contextos políticos os significados da diferença sexual são criados e/ou criticados e, então, verificar como, por exemplo, o “verdadeiro homem” ou a “verdadeira mulher” são diferentes em cada período do passado, procurando sempre se diferenciar um do outro, e ao mesmo tempo nunca coincidindo com as pessoas de “carne e osso”. (PEDRO, 2005, p.87)

Por meio da história oral, ou seja, do trabalho com testemunhos femininos para a construção da narrativa historiográfica, foi possível demonstrar que as experiências frente às diferentes conjunturas históricas são construídas através da influência do cultural em seu andamento. (PASSERINI, 2011, p. 97) Ao pensar em cultural é possível compreender como as relações de gênero se constroem culturalmente, dialogando com a lógica patriarcal de subjugação feminina.

Para Passerini, os esforços em “genderizar” os diferentes estudos do campo da História, é um modo de tornar as mulheres agentes dos processos históricos, não apenas espectadoras ou acompanhantes. (PASSERINI, 2011, p. 100) Transferindo essa concepção para o campo dos estudos das ditaduras, pensar essa conjuntura pela ótica da história oral permitida pelos testemunhos femininos é um modo de trazer agencia as mulheres que vivenciaram esse período, permitindo que estas construam seu protagonismo nas narrativas historiográficas.

A narrativa histórica tradicional, ao priorizar feitos e narrativas masculinas para as inscrições dos fatos, coloca-os como protagonistas da vida pública, relegando as mulheres a presença limitada ao âmbito privado. Como visto, por meio das narrativas de Derlei, Olivia, Angela e Helena, mulheres militantes que experienciaram a ditadura civil-militar brasileira e toda sua carga repressiva na pele, houve agencia e protagonismo feminino para além do

âmbito privado, o que garante o status de protagonismo feminino objetivado na construção desse trabalho. Muito já foi feito pela historiografia feminista, para reparar esse prejuízo, preenchendo a lacuna historiográfica que se constituiu quando se fala da presença mulheres ao longo dos processos históricos. Mas ainda se faz necessário abordar temáticas como essa, disputar o espaço discursivo tradicional por meio da adoção da categoria gênero combinada demais categorias históricas, uma vez que esta se apresenta como a possibilidade de enriquecer o debate e o conhecimento historiográfico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização do presente trabalho, tomei como objetivo compreender as especificidades presentes na experiência exilar feminina e como esta se mostra como potência na construção de uma história da ditadura civil militar brasileira com maior protagonismo feminino. As fontes propostas permitiram compreender as marcas de gênero que se fizeram presentes nas dinâmicas e vivências do exílio, bem como as limitações e possibilidades advindas dessa experiência.

O ímpeto inicial que levou a essa pesquisa teve como motivação fundamental estabelecer um enfrentamento à lógica patriarcal, que se faz presente também no campo da historiografia, em que a atuação ou presença feminina no andamento dos diferentes processos históricos é invisibilizada nas narrativas históricas oficiais. A mesma lógica se repete no trato com as questões das ditaduras civis-militares do Cone-Sul, em que a figura masculina surge como protagonista da militância, da luta armada e demais formas de resistência que se fizeram presentes nesse contexto. Desse modo, a escolha por fontes testemunhais femininas sobre exílio na ditadura já caracteriza o embate com o discurso vigente, visando avançar na extinção das lacunas discursivas preestabelecidas.

Por meio da análise das narrativas de Derlei, Olivia, Helena e Angela, observei a existência de camadas complexas na experiência de expatriamento, as quais estavam diretamente relacionadas com o campo interpretativo da subjetividade. Cada indivíduo irá atribuir sentido para a experiência do exílio de acordo com características pessoais, o que garante um caráter de unicidade para cada vivência estabelecida em exílio. Pensar na subjetividade e sua influência no modo com que cada exilada/o irá ressignificar essa experiência, põe por terra a concepção negativa geralmente atribuída pelo senso comum quando se pensa em exílio durante a ditadura civil-militar. O exílio pode então representar uma ruptura, uma saudade, um afastamento de referencial ou então uma possibilidade, um conhecimento, uma nova rede de sociabilidade. Desse modo, as atribuições de sentido que serão dadas a essa dinâmica terão dependência nos fatores pessoais e intrínsecos de cada pessoa.

Observando a narrativa de Derlei, quando esta menciona sua vivência em exílio aponta que significou algo como a perda de seu referencial, de suas raízes, tomando com pesar tal momento, o qual não trouxe reflexos positivos em sua vida, ou ao menos ela não o menciona. Para Derlei, o exílio era sinônimo de saudade de sua família e de seu país de origem.

Nas memórias de Angela, percebi um outro viés interpretativo do exílio, que para ela significou uma oportunidade, seja de se estabelecer economicamente em outro país, como intelectualmente, ao ter contato com grupos de estudos feministas. Ao contrário de Derlei, Angela não sentia saudades imensuráveis de seu país natal, ao invés disso, buscava imergir culturalmente em seu novo território. Helena também dialoga com esse viés interpretativo, ressaltando que seu período de exílio significou a oportunidade de aprofundar os estudos e leituras feministas.

No caso do exílio de Olivia, este era por determinação de seu partido, sendo compreendido enquanto tarefa de trabalho. O fato de ter ocorrido nessas circunstâncias, trazia a Olivia um não-lugar, um não pertencimento nas características de exilada ou não exilada. Tal situação trazia incerteza e perda de referencial, ocasionando crises identitárias.

Retomar as interpretações acerca do exílio trazidas nas fontes se faz necessário para embasar a questão das especificidades advindas das experiências exilares de mulheres, como pretendido neste trabalho, ressaltando que a subjetividade é fundamental na compreensão da atribuição de sentido dada por cada uma nos desdobramentos desse processo. Outro aspecto que percebi nas narrativas foi que, durante o exílio, estas mulheres fizeram aproximações mais estreitas com as discussões e o movimento feminista, sendo este um ponto positivo que algumas destacam em seus relatos.

Para além disso, pretendi com esse trabalho, considerar as especificidades de gênero presentes na experiência do exílio, e como estas são influentes para a percepção produzida acerca dessa experiência por meio do campo subjetivo. A trajetória do exílio masculino era por vezes semelhante às jornadas dos heróis mitológicos, com grandes feitos de resistência e militância, enquanto nas narrativas femininas ficava evidente que muitas mulheres passavam a se dedicar somente ao lar e tarefas tradicionalmente atribuídas ao feminino. Diferenciações

como estas ressaltam a influência das relações de gênero no andamento dessa experiência, limitando a agência feminina na conjuntura do exílio.

Encontrei no gênero, como categoria de análise histórica, a possibilidade de trabalhar de modo mais eficiente com as memórias femininas sobre as ditaduras e seu potencial na construção de uma história de protagonismo de mulheres. Devido a valorização das trajetórias heróicas masculinas, há uma secundarização das narrativas femininas sobre as ditaduras, formando uma lacuna historiográfica acerca da presença feminina nos diferentes eventos históricos, em especial no exílio durante a ditadura civil militar brasileira. Essa secundarização encaminha para a elaboração de um conhecimento gendrado e limitante, o qual não se encaixa na perspectiva advinda dos estudos históricos culturais, que favoreceu a ascensão da história oral como metodologia, abrindo campo para os estudos de gênero. (PASSERINI, 2011, p. 101)

Ao compreender a memória enquanto um campo em disputa (POLLAK, 1989), se faz necessário pautar esse campo como forma de garantir espaço às narrativas femininas, conferindo seu protagonismo também no contexto das ditaduras. Desse modo, compreendi que o apagamento sistemático do protagonismo feminino nas narrativas históricas está alicerçado na lógica patriarcal repressiva. Desse modo, a secundarização feminina na historiografia dos processos históricos, como a ditadura, foi construída historicamente, tendo por base as relações desiguais de gênero que valorizam o masculino em detrimento do feminino.

Compreendo meu trabalho como uma iniciativa de resistência à lógica patriarcal historiográfica que ainda se faz presente, uma vez que, atentei para abrir espaço as narrativas de mulheres que enfrentaram a ditadura, como forma de tratar de questões próprias desse contexto histórico, como também de problemáticas dos estudos de gênero. Analisei as narrativas femininas sob a ótica de sua potencialidade para construir o conhecimento histórico, tendo em vista que, narrativas femininas e masculinas que tratam de um mesmo ponto de análise irão abordar e atentar para aspectos distintos de um mesmo momento. A partir dessa perspectiva, não há justificativa para um apagamento ou escolha por memórias femininas ou masculinas, tendo em vista que cada uma terá operações particulares que irão

conferir aspectos distintos entre si, mas mesmo assim indispensáveis para a elaboração de um conhecimento histórico fidedigno.

Considero que o olhar feminino acerca das experiências históricas, como visto nas memórias exilares não só possui potencial como se faz essencial na construção do saber histórico. Como visto nos testemunhos de Derlei, Olivia, Helena e Angela, houve participação feminina nos desdobramentos da ditadura, houve agência, houve militância e toda essa participação merece ser rememorada e considerada na historiografia. Os estudos feministas abriram caminho para que o silenciamento histórico de mulheres e outras minorias não fosse mais aceitável, e trabalhos como este são mais uma força na somatória pela luta por uma história não genderizada, capaz de incluir igualmente homens e mulheres em seu desenvolvimento. Pensar em uma história plural, capaz de fornecer protagonismo ao feminino hoje é uma possibilidade e cada passo dado nesse sentido é uma forma de disputar o espaço discursivo, para que nunca mais a história e as memórias femininas venham cair no esquecimento.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BACCI, Claudia. OBERTI, Alejandra. SKURA, Susana. Testimonios en archivos: nuevas perspectivas. Rev. Historia Oral, v. 15, n. 2, p. 33-49, jul.-dez. 2012. p. 33-49

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 7-37.

BRITO, Angela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres Latino-Americanas no Exílio: Universalidade E Especificidade De Suas Experiências. Esboços, Florianópolis, v. 14, n. 17, p.15-34, jul. 2007. p. 21

BRITO, Angela Xavier de. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (2 fitas cassete). Paris, 28/11/2005. Acervo do LEGH/UFSC.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma e MORAES, M. Teresa Porciúncula. (Org.) Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

DE LUCCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma: Editora do autor, 2002.

DEVOTO, Fernando J.; FAUSTO, Boris. Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002), São Paulo, Editora 34, 2004, 576 p.

FICO, Carlos. História do Tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Cadernos Pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152.

FILHO, Daniel Aarão Reis. DITADURA MILITAR E REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL. Palestra ministrada na VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. 18/10/2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HIRATA, Helena Sumiko. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis, Brasil 28/08/2008. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Adriano Luna de Oliveira, revisada por Sergio Luis Schlatter Junior.

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: Pesquisas e histórias feministas. In. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)* Curitiba. Ed. Appris, 2019.

LACERDA, Thays. SOBRE MEMÓRIA EXERCITADA E O DEVER DE MEMÓRIA EM PAUL RICOEUR. ENCONTRO DIVERSIDADE EM ARQUIVOS, 1., 2018, João Pessoa ANAIS ELETRÔNICOS... João Pessoa: AAPB; FNArq; UEPB; UFPB, 2018. Disponível em: <<https://doity.com.br/diversidade-em-arquivos-2018/artigos>>.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

JOFFILY, Olívia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro, Joana V. Borges e Sérgio S. Júnior. Florianópolis, Brasil, 07 de maio de 2009. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas. Acervo do LEGH/UFSC.

JELIN, Elizabeth. *Memorias de la Represión*. Madrid: Siglo XXI Editores, em 12 volumes.

MONTAÑO, Eugenia Allier; CRENZEL, Emilio. *Las luchas por la memoria en América Latina: Historia reciente y violencia política*. México: Bonilla Artigas Editores, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Ruptura e continuidade na Ditadura Brasileira: a influência da cultura política**. In. *Autoritarismo e cultura política*. Edipucrs, 2013, p. 9-33.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, 2010, p. 13-30.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro. MARINHO, Maria Gabriela Silva Martins da Cunha. MEMÓRIA, HISTÓRIA E RELAÇÕES DE PODER. *Rev. História e Cultura*, Franca, v.4, n.3. 2015, p.327-347.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira: da conexão repressiva de segurança nacional à Operação Condor. In: Autoritarismo e cultura Política. Edpucrs, 2013, p. 123-151.

PASSERINI, Luisa. Gêneros e subjetividades. In: A memória entre política e emoção. Letra e voz. São Paulo. 2011, p.95-107.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). *História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-55.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 115-137.

PEDRO, Joana Maria. VENSON, Ana Maria Marcon. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Rev. HISTÓRIA, SÃO PAULO*, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *Os Excluídos da História*. 3 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 9, 1995. p. 9-28.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84) *Rev. Tempo e Argumento*, vol. 5, núm. 10, pp. 108-132, 2013.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

RIGONATI, Denise Truguilho. Ditadura Militar no Brasil: História, memória, trauma e gênero. Rio de Janeiro. 2014. p. 3-16. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406317119_ARQUIVO_anpuhsp pronto.pdf Acesso em: 24/09/2020

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007. p. 1-20.

ROSALEN, Eloisa. Vidas entre (laçadas): relações de gênero na memória do exílio brasileiro (1964-1979). Florianópolis, 2016. p. 287

ROSALEN, Eloisa. Das muitas memórias dos exílios: uma leitura analítica dos livros Memórias do Exílio e Memórias das Mulheres do Exílio. Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Rev. História Oral, v., n.1, p.29-42, jan-jun 2005.

SILVA , Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 71, p.193-210, dez. 2018.

SILVA, Vivian da Veiga. "Minha história não é minha história. Ela é a história de uma geração" - A trajetória de uma militante dos movimentos sociais. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 12, n. 23, p. 187-209, out. 2018. ISSN 1981-2434. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7976>>. Acesso em: 12 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.30612/rehr.v12i23.7976>

SILVEIRA, Helder Gordim da. Segurança Nacional, cooperação e conflito: o Brasil e as várias faces da América na Geopolítica de Golbery do Couto e Silva. In. Autoritarismo e Cultura política. Edipucrs, 2013, p. 153 - 177.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. MARCAS DA CLANDESTINIDADE: MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. p. 236.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S., RAMOS, T. R. O. (Org.). Falas de gênero: Teorias, análises e leituras. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Projeto História , São Paulo. v. 16 (1998): JAN./JUN. CULTURA E TRABALHO. p.298-325.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

SCOTT, Joan. Outras reflexões sobre Gênero e Política. *Crítica Histórica*. Ano X, n. 19. Junho, 2019. p. 10-38. Disponível em: <https://file:///C:/Users/emprestimo/Downloads/8333-30375-1-PB.pdf>

TEDESCHI, Losandro Antonio. Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 26(1), janeiro-abril/2018.

WASSERMAN, Claudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In. *Autoritarismo e Cultura política*. Edipucrs, 2013, p. 179-207.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana et al. *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2011, p. 31-48.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 23 de março/2015, p. 975-989.